



Anais da Assembléia

N.32

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 24 DE ABRIL DE 1986

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 26.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 1986.
QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Acir Mezzadri e Djalma de Almeida César.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antonio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Uguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estão em discussão as atas que acabam de serem lidas. Aprovadas.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requero verificação de votação da ata.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados, para que se verifique a votação solicitada pelo Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.^o Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

22 Srs. Deputados responderam a chamada. Há quorum para prosseguimento da Sessão.

Em votação as atas.- Aprovadas.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO

Sob o n. DTL/84/86, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado o Projeto de Lei Complementar n. 341/85, o qual foi convertido em Lei Complementar n. 29. Anote-se - Arquive-se.

Emenda:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único: - O "caput" do artigo 11 da Constituição Estadual, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 - Não perde o mandato o deputado investido na função de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou ocupe cargo em comissão, a nível diretivo, na esfera federal ou estadual ou quando licenciado por período igual ou superior a cento e vinte dias, por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares".

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) JORGE MAIA FILHO

Líder do PFL.

Apoiamento:

Airton Cordeiro
Antonio Belinati
Sérgio Spada
Erondy Silvério
Djalma de Almeida César
Mário Pereira
Werner Wanderer
Hermas Brandão
Tadeu Lúcio Machado
Ivan Gubert
Márcio Almeida
Ezequias Losso
Basílio Zanusso
Edgard Pimentel
Sabino Campos
Edmar Luiz Costa
Artagão Mattos Leão
Francisco Escorsin
Gernote Kirinus
Péricles Pacheco.

JUSTIFICATIVA:

A presente alteração da Constituição de nosso Estado visa adaptar o texto legal a nova realidade política do País com implicações no ordenamento jurídico.

Assim sendo, desde o momento que o Prefeito da Capital é eleito pelo povo, não pode um deputado acumular os dois cargos. A prática mostra o exemplo, inclusive no Paraná.

Por outro lado, não parece justo que um Deputado não possa exercer cargo comissionado, a convite do Executivo, sem renunciar o mandato. O que vemos, na realidade, são organismos ligados ao Governo, com muito mais presença e condições de realização do bem público do que Ministérios e Secretarias.

Além disto existe a preocupação de equiparar neste caso o Deputado Estadual ao Federal, uma vez que este já tem assegurado tal direito. A realidade política, novamente, nos tem mostrado na prática o exemplo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a concessão de Regime de Urgência, ao Projeto de Lei n. 65/86, oriundo de Mensagem do Poder Executivo n. 49/86, que dispõe sobre os vencimentos do funcionalismo em geral, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do Governo e do PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n. 138/85, de autoria dos Deputados NILSO SGUAREZI, ANIBAL KHURY e NELSON BUF-FARA, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, que institui prêmio anual denominado "Assembleia Legislativa do Estado do Paraná", destinado ao Concurso Paranaense de Bandas e Fanfarras.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, após ouvido o Plenário, dispensa da votação da Redação Final para todos os Projetos aprovados em 3.ª discussão

Curitiba, Quinta, em 24.04.86

e que não sofreram emendas nas suas tramitações.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da Redação Final do Projeto de Lei n. 51/86.

Mensagem Governamental n. 47/86, que objetiva a criação da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, aprovado em 3.ª Discussão sem emendas.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) GERNOTE KIRINUS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO TORRES PEREIRA, ocorrido dia 23 de abril em Ponta Grossa.

Deixa viúva a Sra. Terezinha Ermano Torres Pereira e os seguintes filhos: Ludy M. Pereira Sguario, casada com o Sr. Luiz Sguario; Luiz Otávio Torres Pereira, casado com a Sra. Maria Luiza; Enir Elaine Torres Pereira Nunes, casada com o Sr. Jorge Cristiano Ferraro Nunes e João Torres Pereira Júnior, casado com a Sra. Conceição Pereira. Deixa ainda 8 netos.

Requer, outrossim, seja dado ciência da decisão do Plenário à família enlutada, à Rua Antonio Rodrigues Teixeira, 435, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que se registre nos Anais deste Poder, voto de pesar pelo falecimento da Senhora IVETTE ROBINE GLASSER e, que da decisão desta Casa, se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Recebemos com profundo pesar, a notícia do falecimento da Senhora Ivette Robine Glasser, ocorrido em 04 do mês fluente, em nossa Capital.

A Senhora Ivette, viúva do ex-Deputado Roberto Glasser, pertencia a tradicional família de educadores e, contribuem em

muito para o engrandecimento cultural do nosso Estado e de nossa gente.

Durante anos prestou relevantes serviços no campo da educação e, agora, neste momento de tristeza e dor, cabe a este Poder se associar às últimas homenagens prestadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação em ata, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento da garota JULIANA MOLINA, ocorrido dia 21 de abril, em Ubiratã.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

A garota Juliana Molina, era filha do Sr. Irineu Molina, tradicional família do Município.

O infausto acontecimento veio enlutar não só seus familiares, como também toda a sociedade Ubirataense.

A família Molina, pioneira em Ubiratã, muito fez colaborando ativamente no desbravamento das matas, no cultivo do solo, no desenvolvimento do Município, no convívio com a sociedade, demonstrando claramente o espírito de pioneirismo e exemplar comportamento junto a todos os seguimentos da sociedade Ubirataense.

E nós, amigos que somos, não poderíamos deixar de prestar o nosso voto de pesar à família enlutada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. CHACKEL RUTHEMBERG, ocorrido no último dia 31 na cidade do Rio de Janeiro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Ao longo de sua existência as pessoas ou passam e desaparecem sem deixar marcas na memória dos outros, ou marcam profundamente sua passagem pelas realizações de grandes feitos ou por uma característica pessoal de bom relacionamento com sua comunidade.

CHACKEL RUTHEMBERG, passou pela vida fazendo o bem, foi uma mescla de grandes atos e de grande participação na vida comunitária, marcando sua atuação na cidade de União da Vitória, como grande industrial, fundador e Diretor Presidente da Madeirense Ruthemberg S/A, firma esta fundada em 1941, contribuindo com mais de duas centenas de empregos diretos e mais de uma centena indiretos, no tradicional ramo de madeira compensada, indústria que orgulha União da Vitória e toda a região pela firme condução da família Ruthemberg.

União da Vitória está de luto, lamentando o desaparecimento do Cidadão Honorário daquele Município, Senhor Chackel Ruthemberg e os filhos Gerson e Delano.

Perde União da Vitória, perde o Paraná e o Brasil um dos mais conceituados Capitães da indústria.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor MÁRIO MIGLIOZI, ocorrido nesta Capital.

Embora estivesse ultimamente residindo em Curitiba, Mário Migliozi viveu muitos anos no Município de Sertãozinho. Nesta cidade chegou numa época em que o desbravamento apenas tinha o seu início, dando também sua contribuição para o crescimento que não tardou a existir, graças à sua colaboração.

Seu falecimento, aos 68 anos de idade, deixa viúva a Senhora Lourdes Migliozi, cuja feliz união nasceram os filhos Nilton-Maria Helena, Nelson-Beatriz, Nivaldo, além de netos; deixando entristecidos todos aqueles que o conheceram, vivenciando suas virtudes, como o caráter, a dignidade, o respeito ao próximo e à disposição de luta para o trabalho.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem JOÃO BATISTA PAIVA GATTI, ocorrido em Cornélio Procopio, na tarde do último dia 20.

O jovem faleceu prematuramente, vítima do vendaval que atingiu o Norte do Paraná. Estava prestes a deixar a sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Hidroelétrica, quando, infelizmente, a

queda de uma árvore eucalipto o atingiu dentro de uma caminhonete, tirando-lhe a vida.

Participava da conquista do primeiro lugar numa gincana, quando ocorreu o vendaval.

Bastante jovem, 18 anos incompletos, estudioso, alegre, era muito querido e estimado pelos familiares e amigos que tiveram o privilégio da sua convivência.

Filho do médico João Batista Gomes Gatti, o trágico falecimento de João Batista causou profunda tristeza e dor a todos aqueles que o conheceram, pois era uma excelente criatura humana, que jamais fez mal a qualquer outra pessoa. Pelo contrário, na escola, no clube, onde quer que estivesse, era sempre rodeado por muitos amigos, que confiavam na sua opinião, liderança e orientação para os diversos problemas vividos no dia-a-dia pelos jovens.

Foi a perda irreparável de um grande jovem, um grande coração. Dotado de extraordinária inteligência, tinha muito a contribuir para o futuro do nosso país.

Esta Assembléia Legislativa não pode deixar de prestar sua homenagem póstuma a um paranaense tão querido e saudoso.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada à família enlutada, através do pai, o respeitado médico João Batista Gomes Gatti, à Avenida Nossa Senhora do Rocío, 969, em Cornélio Procopio, com os votos de que Deus Nosso Pai Criador conforte a todos pela perda de tão querido jovem.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, o registro na ata da presente sessão, de votos congratulatórios aos Policiais Civis e Militares pela passagem de seu dia, ontem dia 21 de abril, somados aos nossos sinceros e reais agradecimentos, pela segurança que nos proporcionam.

Esta classe nem sempre sendo recompensada monetariamente à altura, não mede esforços no cumprimento de seu dever - prestar segurança e defesa pública. Suas vidas, em muitos casos, são colocadas em risco, porém isto não lhes faz vacilar ou desanimar na caminhada em prol de seus objetivos os quais resultam da imposição da sociedade que representam e defendem.

A educação deveria ter como ponto alto de seus ensinamentos a divulgação e relevância do trabalho real dos policiais para que a sociedade pudesse ver tal figura como um

grande e maior amigo.

Atitudes como a usada a crianças rebeldes, quando nada lhes faz ceder à seus caprichos - não faça isto ou aquilo porque a Polícia pega - deveriam ser reprimidas, pois dessa forma o policial se torna conhecido como um ente indesejável e repressor, deixando de ser mostrado e outro lado da moeda - a segurança e tranquilidade que podemos contar através da execução de seus serviços.

Considerando o dia comemorativo, apela ainda, para que os policiais tanto civis como militares recebam o apoio devido e sejam considerados condignamente conforme merecem.

Outrossim, aprovado este requerimento dê-se ciência da decisão da Casa à Polícia Militar do Estado do Pr., Associação Diretora da Polícia Civil, Associação de Delegados, Associação de Oficiais e Associação de Cabos e soldados da PME.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações aos membros da Comissão Provisória Municipal do PCB de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

No último dia 04 foi realizada, nas dependências da Câmara Municipal de Paranavaí, a sessão de instalação do PCB em Paranavaí.

Composta por Julio Cesar Rolim, Antonio Gracindo, Paulo G. Vicente, Cidracca Nogueira, Celso Barros Botelho, José Dias e José Augusto, a Comissão assumiu a tarefa de estruturar o PCB no município e região noroeste.

Pela firmeza e idealismo, nada mais justo que a Assembléia Legislativa do Paraná saude o acontecimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Professor Alcides Carvalho, Presidente do Sindicato dos Professores de Londrina, pela realização das eleições ocorridas no último dia 03.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Professores de Londri-

na é uma entidade representativa, combativa e de forte presença na luta democrática paranaense.

A realização das eleições de escolha de sua nova diretoria ocorrida no último dia 3, com obtenção do quorum necessário, demonstra sua representatividade.

O prosseguimento da luta é importante para o fortalecimento político da categoria e dos demais trabalhadores, especialmente de Londrina e região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, votos de congratulações pelo 123.º aniversário do Município de Piraí do Sul, e 40.º aniversário de sua elevação à Comarca.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O Capitão Governador João Rodrigues França, um dos primeiros moradores do campo de Curitiba, obteve por uma sesmaria o direito de propriedade das terras devolutas deste planalto do Paraná.

O mesmo entregou a seu filho Padre Lucas Rodrigues França, como doação, as terras do vale do Rio Pirahy. Sendo terras ainda inexploradas, os matos eram habitados por diversas tribos selvícolas, pertencentes às hordas dos Caiagangues.

Muito antes da data que marcou a emancipação de Piraí do Sul como município e criação da 1.ª câmara municipal, aquela região já experimentava um acentuado grau de desenvolvimento da ação de seus primeiros moradores, merecendo destaque, entre tanto, Bernardino Rodrigues de Almeida, descendente de portugueses, natural de Minas Gerais, condutor de tropas do Rio Grande do Sul à São Paulo, onde fixou residência, em 1805.

Na mesma data, Bernardino Rodrigues de Almeida, fundou a 1.ª casa comercial.

Em síntese, esta é a primeira parte da história do Município de Piraí do Sul, cujo ciclo quanto ao seu surgimento, caracterizou-se pelas incontáveis ações empreendedoras e corajosas de seus habitantes, que demonstraram, sobretudo, uma forte e indecifrável crença que, do vigor do seu solo fértil, muitas riquezas seriam extraídas.

Em 1946, Piraí do Sul foi elevada à condição de Comarca com grande festividade, onde compareceram o Governador Moysés Lupion e seus assessores, concretizando um sonho de longa data acalentado, atraindo mais e mais famílias, que lá chegaram e se

instalaram.

Piraí do Sul é, nos dias de hoje, um dos mais importantes municípios do Estado do Paraná. Sua sustentação sócio-econômica está gaigada nas atividades agrícolas e pastoris, sendo que no primeiro aspecto destacam-se os cultivos de: soja, batata, trigo, milho e feijão. No âmbito da pecuária, sobressaem-se, principalmente, os bovinos, aves e eqüinos. Tudo isto sem falar no comércio diversificado, que, inclusive, já apresenta, condições de competir ou oferecer os mesmos produtos que se encontram nos grandes centros do Paraná ou no País.

Com mais de 20 mil habitantes e 1.437 Km² de área, Piraí do Sul, através do seu povo honesto e trabalhador não pára. Sua vontade de crescer ainda é maior. E isto tem acontecido, onde se percebe facilmente que sua gente herdou a mesma garra e disposição dos seus pioneiros, dando prosseguimento a história de uma região que, ao atingir seu 123.º aniversário e 40.º de elevação à condição de Comarca, é orgulho de todos os paranaenses, cujo registro até por uma questão de justiça, não poderia deixar de fazer, nos Anais deste Poder Legislativo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao CLAM - Conselho Londrinense de Assistência à Mulher.

Fundado em 15/03/69, a entidade já atendeu mais de 1 milhão de pessoas, com assistência médico-hospitalar, exames de laboratório e ambulatorial. Ali é realizado um dos mais perfeitos trabalhos de nosso país na prevenção do câncer ginecológico e da mama. Também tem alcançado grande êxito no planejamento familiar, além de orientação e informação educativa.

O casal Maria Margarida de Souza Góis e o médico João Fernando Góis é fundador do CLAM, dedicando à entidade grande parte de suas vidas. O casal dedica uma atenção tão grande que transformou a entidade como se fosse sua própria família.

O Paraná está de parabéns por sediar uma entidade de tão alto nível, muito bem aparelhada, dotada das mais modernas técnicas de atendimento e trato da saúde daqueles que buscam ali o tratamento para suas enfermidades, além dos problemas naturais enfrentados por milhares de casais que vivem em nosso Estado.

Por isso, é justo que a Assembléia Legislativa preste sua homenagem ao CLAM, para que outros brasileiros sigam o mara-

vilhoso exemplo de amor e de fraternidade do casal Margarida João Fernando Góis.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao Doutor João Fernando Góis, e à sua esposa, dona Margarida Góis, presidente do CLAM, com votos de reconhecimento de muito e permanente êxito nas humanitárias atividades da entidade, à Rua Alagoas, 1314, em Londrina.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, de voto de congratulações e regozijo ao Dr. TEOBALDO VITÓRIO MACHADO, pelo profícuo trabalho realizado à frente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, beneficiando milhares de paranaenses carentes, com habitação popular, e por sua posse, ocorrida a 22 do corrente, na Diretoria de Urbanismo, do Banco Nacional de Habitação, onde temos certeza irá realizar intenso trabalho em prol da comunidade brasileira.

Solicita-se o envio de cópias:

a) ao interessado

b) ao Presidente do BNH,

Dr. José Maria Aragão

c) Ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Desenvolvimento Urbano, Engenheiro Deni Lineu Schwartz.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso regimental de suas atribuições, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja registrado na ata da presente sessão, voto de regozijo pela passagem hoje ao Dia do Escoteiro.

Requer, ainda, que da decisão seja dada a devida ciência à União dos Escoteiros do Brasil - Região do Paraná, com sede à Rua Ermelino de Leão, n. 49, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Como comemoração e para melhor compreensão da obra realizada, gostaríamos de registrar alguns aspectos do desenvolvimento do escotismo.

Em 1907, Baden Powell abandona o exército para ter condições de assentar as bases do escotismo, constituindo daí em diante, em sua principal ocupação.

Baden Powell é portanto o criador do

Curitiba, Quinta, em 24.04.86

sistema de educação ao jovem através do contato com a natureza descobre método e processos que educam física, intelectual e moralmente para a ação.

Dessa data em diante grandes realizações foram obtidas mundialmente pelo grupo. Atualmente, 112 nações adotam o Escotismo como um dos melhores sistemas de educação à juventude, totalizando um número mais ou menos dez milhões de moços integrados a esse movimento.

O Escotismo tornou-se uma grande fraternidade mundial, pois o mesmo oferece aos jovens a camaradagem dos amigos, a alegria dos passeios, jogos, competições e demais atividades integratórias.

Para participar do sistema o jovem deverá livremente prometer pela honra, fazer o melhor possível para cumprir seus deveres para com Deus e a Pátria, ajudar ao próximo em toda e qualquer ocasião e obedecer a Lei do Escoteiro que se resume no seguinte:

- 1 - Ter uma só palavra
- 2 - Ser leal
- 3 - Estar sempre alerta para praticar uma boa ação
- 4 - Ser amigo de todos
- 5 - Ser cortês
- 6 - Ser bom para animais e plantas
- 7 - Ser obediente e disciplinado
- 8 - Ser alegre
- 9 - Ser econômico e respeitar o bem alheio
- 10 - Ser limpo de corpo e alma

A finalidade do cumprimento dessa lei é preparar o caráter com o propósito de uma próxima geração que desenvolva eficientemente a forma de servir, no amor a Deus, à Pátria e ao Príximo.

Temos certeza absoluta que se todo o adulto quando jovem, tivesse sido escoteiro, nosso mundo seria bem melhor. Por isso cabe às autoridades dar maior apoio para que o movimento escotista seja ampla e satisfatoriamente desenvolvido, garantindo dessa forma uma sociedade mais segura e com melhores condições de existência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consagração na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de aplausos e de confiança ao Senhor ROMOALDO LAZIER, pela sua assunção na Chefia da Agência da Previdência Social de União da Vitória.

Funcionário da Previdência Social há quase duas décadas, assume agora a Chefia da Agência, depois de passar por todos os setores daquela instituição previdenciária.

Está de parabéns, o corpo de funcionários, está de parabéns o contribuinte, está exultante de alegria toda a população de União da Vitória por ver um de seus filhos ser guindado para a Chefia da Previdência Social da Região.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Sr. Romoaldo Lazier.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de aplausos e confiança ao Engenheiro JÚLIO CASTILHO VENÂNCIO pela sua assunção na chefia do 5.º Distrito de Produção da Rede Ferroviária Federal S/A, com sede em Porto União da Vitória.

Está de parabéns toda a classe ferroviária, está de parabéns o empresariado. Possuída de contentamento está toda a comunidade de Porto União da Vitória por ver um de seus filhos assumir tão importante função na Rede Ferroviária.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Diretor Júlio Castilho Venâncio.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sr. JOAQUIM BORGES, Presidente do Sindicato dos Bancários de Londrina e Região, pela luta desenvolvida contra demissões de bancários.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Pela justa luta contra as arbitrárias demissões de bancários ocorridas nos últimos dias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal desta Capital, no sentido de que Sua Excelência se digne determinar ao Departamento competente da Municipalidade, que estude a possibilidade de ser construído um abrigo para passageiros de ônibus na Rua João Stenzowski, esquina da Rua Athaide Cardon, na Vila Cubas.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Gilberto Geraldo Garbi, Presidente da TELEPAR, solicitando estudos no sentido de que sejam implantadas novas linhas telefônicas para o município de Sarandi.

Este, foi requerido pelo nobre Edil Carlos Birches Sebrian, Presidente daquela Casa de Leis, que sente constantemente os reclamos da população pela falta dessas linhas.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, objetivando o aumento da cota de combustível para a Delegacia da municipalidade de Peabiru.

Através de manifestação conjunta do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro daquela cidade, através de sua Executiva, é de vital importância o encaminhamento de soluções com relação a segurança pública, especificamente ante a falta de combustível suficiente para assegurar os bons trabalhos da polícia.

Neste sentido, que essa Secretaria de Estado da Segurança Pública viabilize uma maior quantidade de litros para o referido organismo, permitindo, assim, as desejadas condições de operacionalidade policial.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, visando a doação de uma ambulância devidamente equipada para a municipalidade de Roncador.

No que respeita ao setor de assistência social, o município de Roncador, incluindo também a região, enfrenta uma série de problemas para procurar atender as pessoas que necessitam de qualquer tipo de auxílio, notadamente a saúde. Tal situação ocorre exatamente pelo fato de não existir uma estrutura à altura do porte daquela

Neste sentido, conforme iniciativa do Excelentíssimo Senhor Aldeíades Felizardo, integrante da Câmara Municipal, apoiado pelos demais Vereadores, entende que a doação de uma ambulância junto à essa Secretaria diminuirá sensivelmente o problema, principalmente quando da necessidade de transportar enfermos para os centros urbanos com melhores recursos, que atualmente ficam a mercê da própria sorte.

Faz-se necessário, portanto, o pronto atendimento da presente solicitação, dada a urgência em se buscar alternativas concretas para o citado problema.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da EMOPAR, Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, no intuito de realização de reformas gerais na Escola Estadual São Judas Tadeu - Ensino de 1.º Grau, localizada na Municipalidade de Quinta do Sol.

A presente solicitação é iniciativa do Excelentíssimo Senhor Solange Marques. Chefe do Executivo Municipal daquela cidade, afirma ser de vital importância revitalizar as instalações da Escola São Judas Tadeu, tradicional educandário em funcionamento há muitos anos.

Pelos motivos expostos, aguarda-se a adoção de medidas que possibilitem assegurar a concretização desta que é, fora de qualquer dúvida, uma justa reivindicação.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Secretaria de Estado dos Transportes, questionando sobre o descumprimento do Decreto n. 6.210, que em seu art. 1.º determina que os Órgãos e repartições da Administração Pública e Autarquias do Estado, as Sociedades de economia mista e as empresas a ele vinculadas, administrativa ou financeiramente, deverão se abastecer de combustíveis e demais derivados de petróleo adquiridos com exclusividade, da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS, ou de seus agentes distribuidores autorizados.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) NESTOR BAPTISTA.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Doutor JOÃO ELISIO FERRAZ DE CAMPOS, Secretário das Finanças e ao Excelentíssimo Senhor NICOLAU ELIAS ABAGGE, Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, moção de apoio à Diretoria do BANESTADO pelo incentivo que vem sendo dado ao esporte amador, em especial ao voleibol, através do Esporte Clube Cristalino.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) HERMAS BRANDÃO.

JUSTIFICATIVA:

O apoio do BANESTADO ao esporte amador representa um exemplo a ser seguido por empresas estatais e privadas, que podem e devem investir nessa área, contando com um retorno seguro em termos de publicidade institucional e de participação no mercado. Investir no esporte amador significa cumprir a função social inerente à atividade empresarial, seja ela pública ou privada, permitindo ao jovem uma ocupação sadia que o afasta dos perigos do vício. A Equipe do Cristalino, formada quase que totalmente por atletas paranaenses, é um instrumento de promoção do nome do Paraná em toda parte onde atua, merecendo o permanente apoio do BANESTADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, Doutor Fernando Ghignone, solicitando o envio de material esportivo para o município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Excelentíssima Senhora Gilda Poli Rocha Loures, MD. Secretaria de Estado da Educação, solicitando implantação do 2.º grau na Escola Estadual Atílio Codato, no município de Cambé.

Cambé possui atualmente 10.000 alunos no 1.º grau, abrangendo 10 bairros. A maior dificuldade é a locomoção até a única escola de 2.º grau existente no Município, localizada no centro da cidade.

O Município possuiu um expressivo parque industrial e a criação do 2.º grau pro-

fissionalizante naquela área seria de fundamental importância.

A Escola Attilio Codato possui várias salas ociosas, não necessitando de reformas ou ampliação.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente à Professora GILDA POLI ROCHA LOURES, Secretária de Estado da Educação, registrando reconhecimento pelo competente trabalho desenvolvido pela CAE - Coordenação de Assistência ao Educando.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

A Coordenação de Assistência ao Educando-CAE, setor da SEED, produziu e publicou recentemente o n.2 dos seus cadernos.

Na mesma linha de trabalho do anterior, este intitulado "A Escola das Maiorias e o Direito de Participação", constituiu um excelente instrumento de democratização da rede escolar paranaense.

Nada mais justo portanto que a Assembleia Legislativa do Paraná registre seu reconhecimento como forma de apoiar e estimular a atual direção da CAE e equipe de trabalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Deputado Alberto Goldman, líder do PCB na Câmara dos Deputados, solicitando empenho na aprovação do Projeto de Lei n.2968/80.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei n.2968/80 concede aposentadoria especial às telefonistas aos 25 anos de serviço.

Apesar do relevante interesse social que encerra, está há 5 anos tramitando na Câmara Federal.

Hoje, após pareceres favoráveis das várias Comissões Técnicas, está incluído na Ordem do Dia dos trabalhos da Câmara.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Iris Resende, Ministro da Agricultura, solicitando recursos ao reflorestamento no Esta-

do do Paraná.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

O índice de reflorestamento chega hoje a uma situação alarmante, pois o Paraná no início do século detinha uma cobertura florestal da ordem de 80%, hoje detém o índice crítico de + - 4%, sendo que em determinadas regiões este índice baixa para 1%.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Doutor Romão Miranda Vidal, Diretor Regional do INCRA e ao Doutor Francisco Antônio Albuquerque, Secretário de Estado da Agricultura, solicitando urgência nas providências reivindicadas pelas famílias acampadas na Gleba Apucarani-nha.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

São aproximadamente 110 famílias, ex-moradores do "Cedro", município de São Jerônimo da Serra, que após desentrosamento da área reivindicada pelos índios Kaingang da reserva Barão de Antonina, residem no município de Londrina e que exigem:

- 1- Posto de saúde;
- 2- Acesso à água nas propriedades;
- 3- Residência para professora;
- 4- Alimentação até a safra;
- 5- Cascalho nas estradas principais;

6- Desapropriação imediata da área complementar na mesma região, suficiente para o assentamento das 26 famílias sem terra desde a época da divisão dos lotes e para corrigir a insuficiência de outros.

Alertamos que as reivindicações são feitas através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Londrina e que os interessados traçaram o prazo máximo de 30 de abril próximo para o atendimento das reivindicações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando a liberação de carteiras escolares e material esportivo para a Prefeitura de Ivaiporã, através da FUNDEPAR.

A Prefeitura está ampliando duas escolas com mais 18 salas de aula, além da construção de mais 10 salas em outro estabelecimento, necessitando, conseqüentemen-

te, de equipamentos.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário do Interior, solicitando o fornecimento de tubos para a erradicação de erosão no município de Ivaiporã, através da SUCEPAR.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente oficial da Casa do Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Doutor Iris Rezende Machado, e ao Presidente do IBDF, doutor Mauro Reis, solicitando o aumento da área de reflorestamento no Estado do Paraná, através de incentivos fiscais.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná que no início do século detinha uma cobertura florestal na ordem de 80% hoje detém o índice crítico de mais ou menos 4%, sendo que em determinadas regiões, como norte-noroeste o índice baixa para em torno de 1%.

O Paraná tradicionalmente vinha mantendo um lugar de destaque no setor madeireiro nacional, sendo que esta posição gerou no Estado uma invejável tecnologia, proporcionando o desenvolvimento das indústrias; moveleira; de papel e celulose, pasta mecânica e beneficiamento de madeira.

Na razão direta, tivemos a geração de empregos, em cumprimento da função social do setor, além da geração de receita tributária, contudo no ano de 1984 o IBDF aprovou para o Estado do Paraná apenas 24.500 ha. de carta consulta, enquanto para o Estado da Bahia era liberado 80.000 ha. Para o corrente ano, o Estado do Paraná, por intermédio da Associação Paranaense de Reflorestadores, reivindicou a aprovação de no mínimo 41.360 ha, o que proporcionará a manutenção de emprego nas áreas rurais, com a consequente fixação do homem do campo e o futuro abastecimento de matéria prima florestal ao parque industrial já instalado e que em alguns casos, já com capacidade ociosa em torno de 70%.

Entendendo a importância do aumento da área de reflorestamento através de incentivos fiscais pelas razões acima citadas,

curitiba, Quinta, em 24.04.86

pedimos a aprovação de carta consulta de no mínimo 41.360 ha., no ano corrente para o Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o envio de expediente oficial da Casa aos Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado, Doutor Dilson Funnaro, da Fazenda, e Doutor Iris Rezende Machado, da Agricultura, pedindo providências na adequação do preço do leite ao seu real custo de produção.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o problema do abastecimento do leite vir se agravando a nível insuportável ficando o consumidor sem condições de adquirir este alimento, e entendendo que a escassez do produto se dá principalmente pelo desincentivo do produto, que é obrigado a entregar o produto a preço inferior ao custo de produção.

É necessário que se tomem providências imediatas no sentido de adequar o preço do leite a seu real custo de produção.

Considerando que o momento do congelamento dos preços pelo Decreto Lei 2283, os insumos de produção estavam com seus preços acima do custo real e o preço do leite defasado, se faz necessário o ajuste dos preços do insumo e ou a elevação do preço do leite, para que o produtor tenha condições de operar sem prejuízo.

Entendemos que somente desta maneira será possível a normalização do abastecimento e portanto pedimos providências imediatas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor HEINZ GEORG HERWIG, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, objetivando desenvolver estudos para a continuidade dos trabalhos de pavimentação asfáltica da estrada que liga a localidade denominada "Ramal 7" (sete) até o distrito de São João do Ivaí, município de Santa Isabel do Ivaí, Paraná.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Necessário se faz a continuidade dos trabalhos de pavimentação da estrada que faz a ligação da localidade denominada

"Ramal 7" até o Distrito Municipal de São José do Ivaí, no município de Santa Isabel do Ivaí, Paraná.

O Distrito Municipal de São José do Ivaí se credencia como um dos maiores centros produtores de arroz irrigado da região noroeste, contribuindo de forma decisiva para a economia do Estado.

Assim, a presente solicitação objetiva escoamento eficiente e seguro da imensa produção de arroz irrigado dos inúmeros proprietários rurais às margens do Rio Ivaí, até os grandes centros de comercialização do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor HEINZ GEORG HERWIG, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a elaboração de projeto e posterior inclusão no Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1.987, da obra de pavimentação asfáltica da estrada que liga o município de PORTO RICO a SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, Paraná.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Mister se faz a elaboração deste projeto no presente exercício, e posterior execução no exercício vindouro inserida no Plano de Obras dessa Secretaria de Estado.

A concretização dessa obra virá de encontro a uma justa e antiga aspiração da população de ambos os Municípios, particularmente após elaboração do projeto, o qual foi praticamente posto em início de execução, com o traçado piquetado, no final do Governo Jaime Canet Júnior.

Essa estrada virá completar a malha asfáltica regional, e beneficiará o escoamento da produção cafeeira e da pecuária do município de PORTO RICO, proporcionando a melhoria do intercâmbio comercial eficiente e seguro com o Estado do Mato Grosso do Sul e os grandes centros de comercialização pranaenses.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor HEINZ GEORG HERWIG, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão na Programação Orçamentária Geral do Estado para o exercício de 1987, das obras de Pavimentação Asfáltica da estrada que liga o município de

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO a HERCULÂNDIA, interligando os distritos de IVAÍNA e SANTA ESMERALDA, no município de SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, PR.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

O expressivo desenvolvimento alcançado pelo município de SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, o qual vem sendo visto como um dos mais progressistas do Extremo Noroeste do Estado do Paraná, o credencia soobremaneira para pleitear e merecer o asfaltamento da estrada que liga ao município de HERCULÂNDIA, interligando os Distritos de IVAÍNA e SANTA ESMERALDA.

A pavimentação do referido trecho proporcionará melhores condições para o melhor escoamento da produção agrícola, muito particularmente do arroz irrigado, cultivado em grande escala por inúmeros proprietários rurais às margens do RIO IVAÍ e a comercialização dos rebanhos, também uma das principais fontes de arrecadação do município.

É imprescindível destacar ainda, que a pavimentação asfáltica dessa estrada representa uma antiga aspiração da comunidade montecastelense, que ali vive e trabalha.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário da Justiça, Dr. Waldemar Allegrette e ao Secretário de Segurança Pública, Dr. Jesus Sarrão, solicitando a implantação em Cascavel de uma Delegacia de Menores com atendimento abrangente à toda região.

Pede ainda, envio de cópia do presente ao Dr. Hylo Francisco Bresolin - Presidente da CACIOPAR - Av. Toledo, 121 - Cascavel/PR.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

Cascavel é o centro geo político de toda a região Oeste do Paraná e detentora de um número expressivo de carentes em assistência especializada. Considerando que a região não possui um espaço físico destinado ao trato de assuntos que merecem uma atenção mais metódica e sabendo que tal falta de assistência, constituiu-se em fator comprovadamente indutor de menores à marginalidade, além de que a convivência de menores em cárceres comuns e a punição é altamente negativa para a formação moral e social de um menor corretivo. Assim sendo, pedimos o estudo minucioso das au-

toridades competentes e o breve atendimento de nossa reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário dos Transportes do Estado, Heinz Georg Herwig, solicitando construção de asfalto interligando o trecho de Catanduvas a Castelo Branco (Cascavel), extensão de 15 Km.

Pede ainda, envio de cópia do presente requerimento ao Dr. Hylo Francisco Bresolin - Presidente da CACIOPAR - Av. Toledo, 121 - Cascavel/PR.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a rodovia que liga Boa Vista da Aparecida e Cascavel, já em fase de execução, e, em cujo levantamento topográfico, projeto de execução e sondagem ficou incluído o trecho de Catanduvas a Castelo Branco;

Considerando que sobre o Rio Tormenta, que corta citado trecho, está sendo construída uma ponte com duas pistas, em concreto armado, e que será concluída dentro de aproximadamente 90 dias, e que citado trecho asfáltico, está previsto dentro do projeto de construção do mesmo;

Considerando que este trecho de asfalto será de uma extensão de apenas 15 Km (quinze quilômetros), e que uma vez concluído, beneficiaria a região de Capitão Leonidas Marques, Boa Vista da Aparecida, todo o sudoeste de Realeza até a divisa com a Argentina, reduzindo a distância para a Capital do Estado em aproximadamente 60 Km, com relação ao trajeto atual pela BR-277, beneficiando ainda Catanduvas e Três Barras do Paraná com mais uma opção de locomoção à Cascavel;

Considerando finalmente que esta rodovia, uma vez asfaltada, significaria uma grande economia, reduzindo custos de transportes, consumo de combustíveis, desgastes de veículos, vindo ainda ao encontro de interesses de inúmeros agricultores e pecuaristas que hoje têm o escoamento de sua produção prejudicado especialmente em dias chuvosos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, envio de expediente ao Secretário de Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando novo traçado asfáltico - Marechal Cândido Rondon - Toledo via Esquina Ipiranga e Dois Irmãos.

Curitiba, Quinta, em 24.04.86

Outrossim, pede envio de cópia ao Dr. Hylo F. Bresolin - Presidente da CACIOPAR - Av. Toledo, 121 - Cascavel/PR.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA.

Considerando o alto número de veículos que trafegam pela rodovia que hoje liga Mal. Cândido Rondon a Toledo, especialmente veículos de carga.

O péssimo estado de conservação em que se encontra esta rodovia e principalmente as lombadas que existem nas localidades de Quatro Pontes, Novo Sarandi e Vila Nova.

Que estas lombadas, além de causarem prejuízos mecânicos nos veículos especialmente de carga, ocasionando também aumento no consumo de combustível e um avantajado desperdício de tempo, além é claro do perigo que este tráfego no centro das Vilas representa aos moradores, especialmente às crianças.

Que com a conclusão da ponte de Ilha Grande, no próximo ano, a intensidade do tráfego será maior e devido as deficiências e a situação em que se encontra esta rodovia, não haverá condições alguma de atender a demanda de transporte naquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, solicitando sinalização nos entroncamentos das Rodovias do Oeste do Paraná com placas indicativas do destino e quilometragem para chegar a Marechal Cândido Rondon.

Requer ainda, seja encaminhada cópia do presente expediente ao Dr. Hylo Francisco Bresolin, presidente da Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná - CACIOPAR - Av. Toledo, 121 - Cascavel/PR.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que Marechal Cândido Rondon é um município de significativa representatividade a nível estadual e que com as últimas ligações asfálticas feitas e as que deverão concluir-se nos próximos anos, tornar-se-à um importante entroncamento rodoviário para uma micro região que distribuirá as ligações asfálticas do Oeste com o Norte do Estado.

Marechal Cândido Rondon, a exemplo dos demais municípios da região, sempre tem sido esquecido e até prejudicado com a sinalização indicativa das rotas rodoviárias

que encurtaria caminhos via Marechal Cândido Rondon, economizando para o transporte e mesmo a passeio, divulgando essa cidade. Apesar de em outras épocas ter sido atendido parte desta reivindicação, mas por interesses obscuros de vândalos desconhecidos, muitas placas hoje já foram destruídas permanecendo o município prejudicado, bem como os motoristas que trafegam nesta região sem conhecimento das estradas, tomando caminhos mais longos e piores por falta de placas indicativas da quilometragem das diversas rotas para chegar a seus destinos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário do Interior, Airtton Pompeu Reis e ao Diretor Presidente da COPEL, Francisco Luiz Sibut Gomide, solicitando melhoria da rede de Energia Elétrica através da implantação de uma subestação no Município de Catanduvas.

Pede ainda envio do presente expediente ao Presidente da CACIOPAR - Dr. Hylo Francisco Bresolin - Av. Toledo, 121 - Cascavel - Pr.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) EDGAR PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

Considerando que toda a região de Catanduvas está gravemente atingida por constantes quedas de energia elétrica, conhecidas tecnicamente pela COPEL por "Fração de Segundo", acarretando por isto, pesados ônus, para o comércio, indústria e todos os usuários em geral, na queima constante de motores, geladeiras, televisores, lâmpadas, correias, etc.;

Considerando que estas frações de segundo chegam ao absurdo de ocorrerem entre 05, 10, e até 20 vezes ao dia, inclusive quando o tempo se encontra totalmente bom;

Considerando que por solicitação da COPEL, para construção desta subestação, a Prefeitura Municipal, doou um terreno no perímetro urbano, de dimensões apropriadas para a implantação da citada subestação, terreno este já devidamente escriturado e registrado a favor da COPEL;

Considerando finalmente que, devidamente instalada essa subestação, se não fosse sanado totalmente as quedas de energia, pelo menos seria reduzido significativamente o problema.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor ANTONIO CARLOS PEIXOTO MAGALHÃES, DD. Ministro das Comunicações, para providências quanto à transformação do posto do Correio em Agência do Correio, no Município de Nossa Senhora das Graças - PR.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Atualmente não há Agência do Correio no Município de Nossa Senhora das Graças, sendo a mais próxima em Guaraci, ocasionando assim, atrasos em correspondências, que às vezes são de suma importância ao Município, bem como, prejudicando o bom atendimento à população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor AIRTON POMPEU REIS, DD. Secretário de Estado do Interior, para que o mesmo obtenha junto à TELEPAR, providências quanto às péssimas condições de comunicações telefônicas em Santo Inácio.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, o Município de Santo Inácio consta com péssimas condições de comunicação via telefone, sendo que, inclusive em alguns dias, torna-se impossível qualquer tipo de comunicação.

A presente solicitação está sendo feita pelo Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Santo Inácio - PR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente, em caráter de urgência, ao Excelentíssimo Senhor Governador JOSÉ RICHÁ, no sentido de determinar ao Setor competente, estudos e posterior encaminhamento a esta Assembléia de Mensagem reajustando as pensões pagas pelo Instituto de Previdência do Estado (I.P.E.) às viúvas de servidores falecidos.

Sala das Sessões, em 24, de abril de 1986

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Entendemos como justa esta reivindicação, por tratar-se diretamente de ordena-

mento que beneficiará, viúvas de servidores, muitas com filhos menores ou dependente inválidos sem outro rendimento qualquer. Além de profundas lesões que vêm sofrendo as viúvas de servidores, em razão de defasagem provocada por critérios nos cálculos dos reajustes, a situação se agrava a cada ano.

Estamos certos que o Excelentíssimo Senhor Governador José Richa, sensível como sempre, aos anseios e reclamos das classes de menor poder aquisitivo, determinará imediato estudo do problema.

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Indústria e do Comércio.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente a autoridade nominada na Súmula deste documento, solicitando permissão para armazenamento da safra de arroz dos municípios de Querência do Norte, Santa Isabel do Ivaí e Santa Cruz do Monte Castelo, no próprio do Instituto Brasileiro do Café - IBC - em Loanda, no Noroeste do Estado.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Enquanto o armazém do IBC de Lonada, com capacidade para abrigar até 500 mil sacas de grãos, permanece vazio, em virtude da não colheita de café, registrada neste ano, os rizicultores de Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo e Santa Isabel do Ivaí, não dispõem de espaço algum para depositar a presente safra de arroz, estimada em cerca de 50 mil sacas. Fatos como este, fazem por engrossar o coro de vozes que exige, pura e simplesmente, a extinção deste organismo. Sua atitude em não abrir suas portas para atendimento de situação emergencial como a que se apresenta, mostra que se persiste na prática do departamentalismo que em nada condiz com a pregação da Nova República. Por outro lado, a ADECOM - Associação do Desenvolvimento Comunitário de Querência do Norte, entidade assistida pelo FUNDEC do Banco do Brasil e que, pelo estágio por ela atingido, conseguiu notabilizar-se entre as demais, além da Associação dos Rizicultores de Santa Isabel do Ivaí, estão a exigir imediatas providências por parte do IBC, pois não se concebe que enquanto um prédio público - desocupado - se nega a

Curitiba, Quinta, em 24.04.86

lhes prestar atendimento, os plantadores de arroz veem-se obrigados à prática da secagem de seus produtos a céu aberto, em ruas e avenidas, sujeito às intempéries que naturalmente podem comprometer produção e produtividade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, inteiro teor da matéria publicada no semanário Curitiba Shopping, edição de 20 a 26 de abril de 1986, página dois, sessão política, sob o título "Taxiou, mas não decolou".

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, a transcrição do discurso do Senhor MÁRIO JOSÉ AMADIGI, Presidente da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO de Querência do Norte, nos Anais desta Assembléia Legislativa, assim como o envio de cópia do mesmo aos Excelentíssimos Senhores JOSÉ RICHÁ, Digníssimo Governador do Estado, e FRANCISCO DE ALBUQUERQUE, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

O texto que se pretende inserir nos Anais desta Assembléia, foi lido pelo Senhor Mário José Amadigi, Presidente da ADECOM - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Município de Querência do Norte, por ocasião da inauguração de um complexo de irrigação dentro do projeto de aproveitamento de várzeas para o cultivo de arroz, em data de 12.04.86.

Em suas linhas, aquele dedicado dirigente comunitário expõe a preocupação de toda uma região diante da construção da barragem de Ilha Grande, que irá represar as águas do Rio Paraná e provocar a inundação de cerca de 65.000 hectares distribuídos pelos Municípios de Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Icaraíma, Umuarama e Altônia.

Diante de mais este assalto à economia e à soberania paranaense, é mister que mais vozes se juntem às dos representantes daqueles municípios, e por isso, clamamos posição por parte do Poder Executivo.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 78/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1.º. O inciso II, do artigo 166, da lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 166.

I -

II - contribuições para montepio, ou pensão, desde que de instituições oficiais dotadas de personalidade jurídica de direito público.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei, estamos procurando aumentar a segurança dos funcionários no que tange às consignações de folha de pagamento, e aprimoramos assim o espírito do próprio Estatuto, o qual procura aprimorar, por sua vez, as relações de classe.

Estes motivos que nos levam a apresentar este projeto, para o qual esperamos o acatamento dos Pares com assento nesta Casa de Leis.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 75/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1.º. - Os limites e confrontações do Município de Cantagalo, criado pela Lei 7575 de 12 de maio de 1982, com território desmembrado do Município de Guarapuava, são as seguintes:

= Começa na Barra (confluência) com o Rio Cachoeirinha e Rio Piquiri: segue pelo Rio Piquiri, no sentido descendente, até encontrar a barra do Rio do Cobre: segue pelo Rio do Cobre em sentido ascendente até o Rio Cinco Voltas: deste no sentido ascendente até o Rio Quati: deste em sentido ascendente até sua cabeceira: deste ponto linha seca, divisa

com o Município de Laranjeiras do Sul, até a cabeceira do Rio Restinga Grande: no sentido descendente até o Rio Cantagalo: segue pelo Rio Cantagalo no sentido descendente, até encontrar a barra do Rio Cavernoso: segue pelo Rio Cavernoso, no sentido ascendente até a barra do Rio do Poço, pelo Rio do Poço no sentido ascendente até encontrar a estrada Municipal GA-149: segue pela citada estrada até encontrar a GA-132: segue pela estrada até encontrar a barra do Rio Piquiri, onde teve início esta descrição.

Art. 2.º. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 12 de maio de 1982, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Por um lapso, houve uma troca de nomes nos rios descritos na Lei 7575 de 12/05/82, ao se descrever os limites e confrontações do novo Município de CANTAGALO, desmembrado do Município de Guarapuava.

A descrição correta é a que consta deste Plano de Lei. Convém salientar que desde a criação do Município de CANTAGALO, as divisas aqui descritas vêm sendo respeitadas.

PROJETO DE LEI N. 76/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A.

Art. 1.º. - Fica declarada de utilidade pública a Associação Azul de Pesquisas e Estudos da Mente, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) HOMERO OGUIDO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Azul de Pesquisas e Estudos da Mente, é uma entidade voltada ao estudo, pesquisa e prática do controle da mente, através de um trabalho sério em prol da assistência humana.

Entidade sem fins lucrativos sem qualquer conotação quer política ou religiosa,

vem prestando inestimáveis serviços à comunidade curitiba e paranaense, nos termos das suas propostas estatutárias.

Através da documentação anexa, estão comprovadas as exigências legais, para que a mesma possa ser declarada de utilidade pública, o que estamos propondo à consideração dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N. 77/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica denominada de Rodovia CARLOS JOÃO STRASS, a Estrada que liga Londrina ao Distrito de Warta.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei que estamos apresentando, tem a finalidade de homenagear o saudoso Carlos João Strass, falecido na cidade de Londrina, onde dedicou parte de sua vida para o engrandecimento daquela região, conforme bem demonstra esta justificativa.

Nascido no povoado de Riesburg, Estado de Wurtemberg, Alemanha, em 01 de novembro de 1900, emigrou em 20 de dezembro de 1923 para o Brasil, desembarcando em Santos, indo para a cidade de Presidente Prudente onde trabalhou na construção de estrada até barra do Pirapó, às margens do Rio Paranapanema, depois na exploração de Estrada de Ferro Central do Paraná, que deveria ir da Barra do Pirapó até Ponta Grossa. Chegaram no mês de julho de 1924 - onde fica hoje a cidade de Apucarana. Em 1925, trabalhou para a Cia. Marcondes chegando até onde é hoje a cidade de Paranaíba.

Voltou a trabalhar para a Cia. de Terra Norte do Paraná. No ano de 1928, foi convidado pelo Dr. Willian Reid, da Cia. de Terras Norte do Paraná, a formar uma turma de Picadeiros para fazer o reconhecimento para a estrada de ferro de Cambará até o Rio Tibagi, começaram o serviço no dia 08 de agosto de 1928 e chegaram onde hoje está a cidade de Ibiporã.

Em 1929 trabalhou na exploração da mesma estrada para a Construtora Cia. MacDonald & Gilbs.

Nos meados de 1930 voltou a trabalhar para a Cia. Terras Norte do Paraná, a qual estava começando os serviços onde fica a

cidade de Londrina, que já possuía uma espécie de hotel para receber os compradores de Terras e um escritório como armazém na cabeceira do Rio das Pedras, onde fica hoje a Cia. Anderson Clayton.

Nos meses de julho e agosto de 1930 foi construída a estrada Londrina - Três Marcos e Londrina - Heimtal, onde morou até seus últimos dias.

No ano de 1930 fez a derrubada dos quarteirões do Patrimônio Londrina ao lado da estrada Londrina - Heimtal e nos anos seguintes trabalhou com sua turma de picadeiros na construção de diversas estradas da região.

Devido ao seu relacionamento e amizade que tinha com os colonos da região e as dificuldades destes em conseguir gêneros de primeira necessidade, pois era também agricultor, resolveu abrir uma casa de Comércio, a qual manteve seu nome até 1973.

No começo de 1931 ajudou a criar a colocar em funcionamento a primeira escola do Município de Londrina que foi inaugurada no Patrimônio de Heimtal em 26 de julho de 1931, obra da Comunidade, que a mantinha.

No dia 06 de fevereiro de 1932, casou-se com Dona Olga, com a qual teve 04 filhos: Carlos, Reinhold, Editn e Jorge - todos casados e residentes no Município de Londrina. O casamento civil foi realizado na antiga cidade de Jataizinho, pois Londrina não tinha cartório.

Desde o ano de 1930 até o seu falecimento que ocorreu em 02 de setembro de 1982, sempre residiu em Heimtal, Município de Londrina, onde sempre trabalhou pelos interesses da comunidade em que vivia, sendo sempre respeitado, pessoa de grande influência e de decisões altamente benéficas ao Município, sempre respeitado pelos seus companheiros.

Com o seu desaparecimento, ficou o exemplo de honestidade, trabalho e sua incontestada liderança, o pioneirismo que marcou época.

Razão pela qual que apresento o presente plano de lei, a fim de prestar uma justa homenagem, que tenho certeza merecerá o total apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 79/86

A Assembléia Legislativa do estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - As propagandas ou publicidades produzidas ou veiculadas pela Secretaria Extraordinária de Comunicação Social, deverão ter, obrigatoriamente, a contratação de artistas paranaenses, quando necessário seu uso, no percentual de

80% (Oitenta por cento) no mínimo.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei visa, objetivamente, a defender um mercado de trabalho que se apresenta minimizado, aos artistas deste Estado, impedindo, portanto, no que tange a órgão governamental, que se possa incrementar o prejuízo existente.

Estes os motivos que nos levam a apresentar o projeto para o qual esperamos o apoio e conseqüente aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.80/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Ao Art. 39, da Lei n. 6.364, de 29 de dezembro de 1972, ficam acrescidos os seguintes parágrafos:

§ 3.º - Na venda a prazo, em prestações, promovida por estabelecimento comercial varejista ao consumidor final, sem a intervenção de instituição financeira, será permitido o estorno parcial de débito correspondente à incidência do ICM sobre a correção monetária integrante do preço como acréscimo financeiro.

§ 4.º - A Secretaria das Finanças estabelecerá, periodicamente, com base em critérios quantitativos correspondentes à estimativa da variação das obrigações do tesouro nacional e do número de prestações, tabela contendo os indicadores necessários ao cálculo do estorno de débito a que se refere o parágrafo anterior.

§ 5.º - A Secretaria das Finanças expedirá norma estabelecendo as demais obrigações acessórias relativas ao estorno de débito previsto no § 3.º.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias.

Sala das Sessões, em 24/04/86.

(aa) NESTOR BAPTISTA, DIRCEU MANFRINATO e
NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei se editado, isoladamente, pelo Paraná, sem a prévia existência de Convênio do CONFAZ ou de lei complementar federal, não será inconstitucional porque não está concedendo benefício de excluir o ICM sobre os rendimentos do capital do varejista que atende, com seus próprios recursos, as vendas a prazo ao consumidor final, pois o que se pretende é apenas afastar a incidência, incorreta

sobre o valor da simples atualização monetária.

Essa circunstância diferenciará a lei paranaense dos "decretos" catarinense (n. 20.732/83) e gaúcho (31.822/85) em relação aos quais se pode suscitar dúvidas de ordem constitucional, pois tais diplomas concedem, unilateralmente, sem prévia aprovação do CONFAZ ou de lei complementar federal, o benefício de exclusão do ICM sobre os rendimentos do capital do comerciante varejista, além de também excluí-lo sobre a correção monetária.

Para melhor compreensão, juntamos as razões contidas na crônica do articulista Plínio G. Prado Garcia, da Gazeta Mercantil, (edição de 21.11.84).

Por outro lado, desde 1983, maio, que a Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná vem mantendo contato com a Secretaria das Finanças, sem que até aqui tenha encontrado ressonância em suas pretensões.

O pleito da não incidência do ICM nos financiamentos a fundo próprio, é matéria legítima, pois os acréscimos efetuados nos financiamentos dão de cunho financeiro, ou seja, simples correção de capital empregado, e não ganho com circulação de mercadorias.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A produção brasileira de leite vem apresentando acréscimos bastante reduzidos nos últimos anos, pois em 1984 essa era estimada em 11,8 bilhões de litros e em 1980 era de 11,2 bilhões de litros, representando, portanto, um aumento de apenas 5%. Cabe ressaltar que a disponibilidade de leite "per capita" reduziu-se, passando de 256ml/dia em 1980 para 250ml/dia em 1984. Essas quantidades estão bastante abaixo daquelas quantidades mínimas de leite recomendadas pela FAO, para adultos - 500 grs/dia/habitante - e para adolescentes, crianças, gestantes e velhos - 700 grs/dia/habitante.

Tendo em vista a baixa produção nacional de leite, o Brasil tem importado o produto de outros países para resolver as suas crises de abastecimento. Para o corrente ano está prevista a importação de 45 mil toneladas de leite em pó desnatado e 5 mil toneladas de manteiga, extra, sem sal.

A produção paranaense de leite vem tendo pequenos aumentos, entretanto superiores a do Brasil. Esta foi de 940,2 mi-

lhões de litros em 1984, contra 794,6 milhões de litros em 1980. A participação do Paraná passou, assim, de 7,1% em 1980 para 8% em 1984 da produção do Brasil.

Esse incremento da produção, proporcionalmente maior que a do Brasil deve-se fundamentalmente ao aumento da produtividade do rebanho leiteiro paranaense, a qual passou de 883 litros/cabeça/ano em 1980 para 1.047 litros/cabeça/ano em 1984.

É importante destacar que em torno de 38% das 454103 propriedades rurais existentes no Paraná em 1980 dedicavam-se a exploração leiteira e que 90% dessas propriedades possuíam um rebanho inferior a 50 cabeças, conforme dados do Censo Agropecuário de 1980, mostrando dessa forma a representatividade econômica e social do segmento produtor de leite.

As principais causas do aumento da produção de leite do Paraná, anteriormente citadas, parecem estar ligadas à tradição do produtor, a entrada de receitas mensalmente, a contabilização dos custos de produção apenas no que se refere aos desembolsos financeiros diretos, ao trabalho de organização da produção e comercialização desenvolvido pelas Cooperativas e a que a maior parte da produção é proveniente da região Norte, onde se tira o leite do gado mestiço e do corte, e portanto a renda não depende apenas do leite e sim também da carne, pois alguns indicadores econômicos apontam para um quadro desfavorável ao produtor.

Assim, os preços médios reais recebidos pelos produtores diminuíram sensivelmente em 1985 em relação a 1980, ou seja, 30% o índice de paridade, que mede as relações de troca entre o que os produtores recebem pela comercialização do leite e os que pagam pelos insumos industriais para produzi-los.

A prolongada estiagem ocorrida no ano de 1985 provocou significativos acréscimos no custo de produção do leite, pois o produtor necessitou utilizar maiores quantidades de suplementos alimentares, dado o mau estado das pastagens. Considerando que os preços pagos aos produtores estavam abaixo desse custo, houve a partir de outubro uma forte pressão dos produtores a nível nacional, para que o Governo Federal reajustasse os custos. Foi criada no final do Governo e da iniciativa privada para elaborar uma planilha de custo, que serviria como base para os reajustes dos preços do leite que estavam defasados.

A partir da formação dessa planilha de custos, ficou acertado que os preços do leite obedeceriam aos valores calculados nela.

O último reajuste de preços foi dado para vigorar a partir de 17 de dezembro de

1985, sendo esperado o próximo para o final de fevereiro/início de março de 1986. Entretanto, com a implantação do Plano de Estabilização Econômica do Governo Federal no dia 28/02/86, acabou não acontecendo o reajuste dos preços esperado ansiosamente pelos produtores.

Com a perspectiva da queda de produção na estressafrá que vai de abril a setembro, além do normal devido a não recuperação total dos animais decorrentes da estiagem e do desestímulo econômico dos produtores, dado pela defasagem entre os preços recebidos (Cz\$ 1,78/1 e Cz\$ 1,70/1 pelo leite cota consumo humano e cota industrial, respectivamente) e o custo de produção do leite) estimado em 2,70 por litro em fevereiro e calculado em 2,79 por litro em março.

O Conselho Estadual do Leite e seus derivados reuniu-se extraordinariamente em 18 de março para se posicionar frente aos problemas que iriam dar na produção, industrialização e abastecimento do produto.

Fazemos aqui, Senhor Presidente e Senhores Deputados, uma ressalva, quando comentamos e falhamos do Conselho Estadual do Leite e seus Derivados; este é um dos Conselhos que criado por força de decreto do Governo Estadual estão funcionando, no nosso entendimento a contento.

Oriundos de uma reivindicação deste Poder Legislativo, que unanimemente aprovou requerimento de nossa iniciativa, houve por bem o Governador do Estado do Paraná, Senhor José Richa, criar este Conselho Estadual do Leite, que hoje reúne, em seus quadros, os mais representativos setores da produção leiteira, no Paraná, que ao longo dos dias dos meses que vem se passando têm se reunido sistematicamente para analisar com seriedade, profundidade e determinação, a questão do leite em nosso Estado.

De uma forma resumida o Conselho concluiu que deve ser dado todo o apoio ao programa de estabilização econômica e portanto não solicitar alteração dos preços para se manter o nível de produção do Governo Federal. Devemos adotar medidas, no entanto, que incentivem o produtor sem mudanças no preço do produto. Quais seriam as medidas sugeridas pelo Conselho Estadual do Leite e seus derivados, sugestões estas endereçadas ao Governo Federal.

A 1ª delas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, diz respeito à concessão de subsídios ao produtor na forma de um bônus financeiro, o valor do bônus será dado pela diferença entre o preço pago ao produtor e seu real custo de produção. Como já mencionamos anteriormente, o produtor recebe, hoje, 1,78 cruzados para o leite destinado ao consumo humano, mas, este mesmo leite pelo qual ele recebe 1,78 cru-

zados lhe custa, para ser produzido 2,79 cruzados, portanto 1,01 de prejuízo tem o produtor rural ao produzir um litro de leite.

O valor total do bônus será dado pelo volume de produção de cada produtor, a aplicação do bônus estará vinculada a um aumento técnico de aumento de produção e produtividade sob assistência técnica orientada.

A equiparação no item dois das sugestões, vem a equiparação do preço pago ao produtor pelo leite, quota industrial e leite quota em consumo humano. Como já mencionei anteriormente, paga-se 1,78 para o leite destinado à industrialização nos laticínios.

Terceiro item seria a liberação de recursos para custeio, investimento e industrialização, a juros e prazos compatíveis com a atividade. O que nós denotamos é que há muito tempo o setor leiteiro não só do Paraná mas de todo Brasil não recebe, não merece a atenção devida dos governos constituídos, principalmente no que diz respeito ao crédito destinado aos custeios e principalmente ao crédito destinado a novos investimentos e que são grandemente necessários pra que possamos ter um rebanho melhorado e uma produtividade também melhorada dentro do nosso Estado.

O quarto item seria a inclusão do leite e seus derivados na política de preços mínimos fazendo parte também, da política de empréstimo do Governo Federal e aquisição pelo Governo Federal, ou seja, EGF e AGF.

A quinta sugestão seria o controle de quantidade, qualidade dos preços e dos insumos, por parte do Governo Federal. Todos nós sabemos que ao longo de todo tempo, enquanto se controlava, se tabelava e se marcava o preço do leite, os insumos utilizados para a produção desse mesmo produto tão nobre que é o leite, não eram tabelados e foram muitas e muitas vezes remarcados pela violência aviltante que, muitas vezes, levou produtores a se desanimarem, desistirem da exploração da bovinocultura de leite. Carece, portanto, e estamos aguardando com ansiedade e os jornais, a televisão e o rádio dizem que dentro de mais alguns dias teremos publicado pelo Governo Federal, a nova tabela, a tabela definitiva de controle de preço dos insumos destinados à agropecuária, seja ele fertilizante, seja ele medicamentos, seja ele ração, seja ele o que for, enfim, de insumo destinado à agropecuária.

O sexto item diz respeito a uma maior participação da classe produtora nas decisões de seu interesse. Também uma maior participação de técnicos e de representantes dos Estados na formulação de uma política para o setor leiteiro.

O sétimo item diz respeito a retirada do pagamento do frete do segundo percurso.

A oitava sugestão diz respeito a um maior volume de recursos para serem aplicados em pesquisas, assistência técnica e defesa sanitária animal. Recursos estes que envolva a classe produtora - nessa definição, para uma melhor eficiência.

O nono item diz respeito a agilização e simplificação burocrática dos recursos do FUNDEC do Banco do Brasil, para que grupos de produtores criem melhor estrutura de conservação e distribuição de produtos. Como exemplo, poderíamos citar que através do FUNDEC, Banco do Brasil, poderiam ser adquiridos resfriadores comunitários, veículos para transporte, etc.

Como décima sugestão, a criação de uma linha de crédito nos moldes do antigo PDPL, Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira, sendo a contratação feita pelas cooperativas, sindicatos, associações de classe e pelas EMATERES, no caso do Paraná, a ACARPA. Os repasses seriam feitos através dos Bancos oficiais, assim se evitará a eletização do crédito rural e a exclusão da reciprocidade bancária. Como décima sugestão, pagamento do preço pela qualidade, criando preços diferenciados, com isso se estimulará a produção, e também o consumidor terá um leite de melhor qualidade.

E finalmente como décima segunda sugestão, a centralização da política leiteira no Ministério da Agricultura.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, até o presente momento, o Governo Federal não tomou nenhuma medida concreta em relação ao setor leiteiro. A produção paranaense de abril, conforme dados preliminares, deverá situar-se 20% abaixo da produção obtida no mês de fevereiro. Normalmente esta queda gira em torno de 10% motivado pela entressafra que nós temos todos os anos, começando em abril, e indo até o mês de setembro. Dada a baixa produção de leite, devido aos fatores já comentados, e a reduzida disponibilidade de leite em pó, está havendo deficiência no abastecimento do produto, principalmente nas regiões de Curitiba e Ponta Grossa.

Também, Senhor Presidente e Senhores Deputados, contribui para agravar a situação do abastecimento, uma maior pressão de demanda provocada pelo maior poder de compra do salário-mínimo, em relação ao leite. Vejam, Senhor Presidente, Senhores Deputados, atualmente um salário-mínimo equivale a 312 litros de leite, enquanto que em fevereiro equivalia a 233 litros apenas.

E em função desse maior poder de compra também, dos nossos consumidores, o que é muito louvável, diga-se de passagem, nós vamos encontrar o temor desses consumido-

res, de que, no dia seguinte não possam eles encontrar leite no supermercado, que já virou uma guerra por sinal, conseguir um pacote de leite no supermercado.

Então, quando este consumidor, que tem o seu poder de compra melhorado, encontra o pacote de leite, ele procura adquirir aquilo que pode, fazendo até estocagem, pelo menos, é o que se imagina, visto que, no dia seguinte, ele pode não encontrar leite.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é necessário que fique registrado da nossa parte, a necessidade do Governo Federal, de pronto e de imediato, em caráter emergencial tão somente, determinar a importação de leite em pó, para que possamos reidratar esse produto, e, colocá-lo a nível de consumo.

É necessário, de uma vez por todas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que aproveitando este momento bastante propício, o Governo Federal a reunir as classes produtoras, os segmentos todos envolvidos na questão do leite, a defina de uma vez por todas, uma política para o setor leiteiro; principalmente agora se faz necessário esta definição, porque estamos assistindo a entrada em funcionamento, de um programa formulado pelo Governo Federal, que visa a distribuição de leite às pessoas carentes, o que determinará num curto espaço de tempo, a necessidade, de quase duplicarmos a nossa produção de leite no País.

Se não tivermos uma política firme, bem esclarecida, bem direcionada, e determinada, os produtores de leite farão, no futuro, muito mais do que já estão fazendo hoje, e que diz respeito à matança das matrizes, porque hoje, tornou-se muito mais negócio, muito mais vantagem, tirar uma vaca que produz leite e colocá-la no gancho de um açogue, de um frigorífico, porque a venda da sua carne renda muito mais do que o leite que ela irá produzir, cuja produção, conforme já relatei aos Senhores Deputados, dá um prejuízo, de pelo menos um cruzado para cada litro de leite produzido.

Fique este registro do setor leiteiro, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nos traz à tribuna, neste Grande Expediente de hoje, diz respeito à suinocultura.

O Paraná possui ao longo do tempo um rebanho de suínos de 4,2 milhões de cabeças, o qual experimentou uma queda de 38% desde 1974. Conforme os dados do Censo do IBGE de 1980, existiam no Paraná 283.981 estabelecimentos rurais com suínos, dos quais 90,3% com menos de 50 hectares, portanto, a maioria pequenas propriedades.

Pode-se destacar também que a suinocultura paranaense propiciou uma arrecada-

Curitiba, Quinta, em 24.04.86

ção de 53,2 bilhões de cruzeiros de ICM em 1985, somente na primeira operação (produtor/frigorífico).

Conforme estudos realizados por técnicos da Secretaria da Agricultura, no período 1980 a 1985, a Suinocultura foi uma atividade que deu prejuízos ao produtor, com exceção do ano de 1985, quando este lucrou na média de ano, 1,40%

O ano de 1986, prenunciava ser promissor à atividade graças a recuperação no consumo de carnes proporcionado pelo fim da recessão econômica e principalmente da melhora do poder de compra dos consumidores.

O Presidente Sarney para resgatar a dignidade do povo brasileiro, promoveu a maior reforma econômica já vista em nosso País, visando acabar com a inflação, especulação e fome do povo entre outros objetivos.

Esta Reforma Econômica, foi uma medida muito louvável por parte do Governo Federal, mas criou alguns desajustes no setor de suinocultura, que se não solucionados no curto prazo vão desestruturar todo o setor produtivo. Entre os problemas criados estão: a fixação do preço somente no varejo e também o problema da rede de grandes supermercados estar operando com margens de comercialização muito elevadas, situando-se entre 40 a 50%, chegando em alguns casos a superar 100%. Este comportamento dos varejistas vem prejudicando a comercialização da carne e produtos suínos, criando problemas às indústrias que não conseguem vender seus produtos e conseqüentemente diminuíram a compra de animais junto aos produtores. Deve-se destacar, que os frigoríficos de outros Estados que adquirem cerca de 30% da produção do Paraná, retiraram-se totalmente do mercado. Nestas condições, desde março a produção está repassada, ou seja estocada nas mãos dos suinocultores, que não têm para quem vender a sua produção. Assim existem até a data de hoje (22.04) um excedente de 140.000 suínos no ponto de abate no Estado, o que representa 9.520 t de carne em equivalente-carcaça, e isso está levando os produtores ao desespero. Esta situação está forçando a categoria a se organizar e caso não haja uma solução no curto prazo, certamente os produtores irão fazer atos públicos com vistas a chamar a atenção do Governo e sociedade em geral aos seus problemas.

Outro item que chama atenção é o custo da produção, situado em Cz\$ 11,08/ Kg, conforme cálculos da SEAG/DERAL, enquanto os produtores, quando conseguem vender, recebem no máximo CR\$ 9,50/Kg, contabilizando um prejuízo de mais de 1,58 por quilo produzido ou Cz\$ 158,00 para cada suíno. Hoje existe um agravante, pois o suíno

quando não comercializado imediatamente, assim que estiver no ponto de abate, o seu custo aumenta quase em progressão geométrica, isto devido a piora na conversão alimentar, ou seja, se um suíno precisa em média 350Kg de ração para atingir 100 Kg de peso vivo, a partir deste peso necessita mais de 5 Kg de ração para cada quilo do aumento do peso vivo, o que representa, somente de alimentação, um custo adicional de Cz\$ 14,50/Kg.

Os preços dos insumos usados na criação de suínos foram fixados quando estavam em alta, pois enquanto o preço do porco havia subido 88% em 6 meses, o milho subiu no mesmo período em 170%, farelo de soja em 158% e a ração em 140%.

A cada dia que passa sem solução o problema torna-se mais grave, com um excedente de suínos ampliando-se em 3.000 cabeças diariamente.

Em vista deste quadro, há necessidade de que sejam tomadas medidas urgentes pelo Governo Federal, entre as quais sugerimos:

1. compra imediata por parte do Governo Federal de todo excedente de suínos no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para "enxugar" o mercado, cujo produto só seria recolocado no mercado após normalização da oferta e demanda, com garantia de um preço de Cz\$ 11,50/Kg de suíno vivo ao produtor;

2. tabelamento dos insumos usados na alimentação a preços compatíveis com a atividade, levando em conta os juros embutidos anteriormente ao pacote;

3. corrigir as distorções atuais da tabela da SUNAB, tabelando os produtos pelo seu tipo registrado na SIF e não por marcas; e

4. principalmente o Governo Federal intervir no setor para a fixação mais justa de margens de comercialização entre o produtor/atacado/varejo".

O Sr. Edgard Pimentel- Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Orlando Pessuti, Vossa Excelência traz na tarde de hoje um tema dos mais interessantes para reflexão por parte de todos nós Deputados, homens públicos que temos a responsabilidade realmente de proporcionar um direcionamento na política econômica do Governo, altamente abrangente que alcance os interesses maiores da sofrida classe dos produtores rurais.

Quando Vossa Excelência enfoca o problema do leite, nós que somos do interior, que ao longo de mais de 20 anos buscamos consagrar a nossa vida a serviço da agricultura do nosso Estado, percebemos que o plano econômico do Governo lançado recentemente não previu antes da sua im-

plantação uma adequada remuneração ao produtor de leite do nosso Estado. É inconcebível que nós que pagamos dois cruzados ou sete cruzados por um refrigerante, por uma cerveja, tenhamos que admitir em pagar apenas dois e poucos cruzados por um litro de leite, haja vista que o custo operacional, os insumos que a cada dia aumentam de preços sem a fiscalização, estão esses custos inviabilizando efetivamente a produção de leite no Estado do Paraná, e certamente, no Brasil inteiro.

Por isto que eu oportunamente, no aparte que faço ao pronunciamento de Vossa Excelência, congratulo-me com o tema que Vossa Excelência aborda, na tarde de hoje, e faço um apelo as autoridades competentes, a Secretaria de Estado, ao Ministério da Agricultura, para que, revejam e levem ao Senhor Presidente da República, ao Ministério da Agricultura, enfim, aos órgãos responsáveis pela agricultura do nosso País, o grave problema, o bloqueio que está havendo para o nosso produtor de leite.

E quanto à suinocultura, Vossa Excelência sabe que durante muitos anos nós fomos suinocultores, e toda vez, durante anos, décadas, a suinocultura foi tratada no Brasil, com desacaso; há uma oscilação de preços quando nós, o produtor, tem o suíno, não tem preço, quando tem preço, não há suíno, e quando o Brasil, ao invés de estimular a suinocultura, o suinocultor, quando o Brasil está em falta da carne suína, eles importam gordura, banha, suínos, e produtos suínos. De forma que, isto também vem acarretando uma série de dificuldades, e acredito mesmo que, os plantéis, as matrizes, os reprodutores dos maiores criadores do nosso Estado serão levados a abate, porquanto a suinocultura está hoje, inteiramente inviabilizada, haja vista, nobre Deputado, que, um cálculo que fiz recentemente no Oeste do Estado, mostra que, para se produzir 1 Kg de porco, são necessários 3 kg de ração balanceada, a esses 3 Kg de ração balanceada estão hoje num custo em torno de 14 cruzados, e o suinocultor está vendendo o porco, terminado, por um custo, por um preço inferior a 10 cruzados o Kg; diante de toda esta situação, Vossa Excelência enfoca dois segmentos da produção rural que estão assim com que bloqueados de continuar a subsistir, de continuar gerando riquezas gerando empregos, porque, tanto o produtor de leite quanto o suinocultor, acredito que, terá de buscar novas alternativas tendo em vista que os seus produtos de gado leiteiro e de suinocultura, estão, cada vez mais, inviabilizados, por causa dessa política agrícola que no País não existe,, até hoje não existe apesar do clamor de todos nós e que se faz necessária, para

corrigir essas distorções!

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o aparte, nobre Deputado Edgard Pimentel, e diria ao Senhor Presidente e aos Senhores Deputados, aproveitando o aparte que nos deu o Deputado, de que, hoje, o custo de 1 Kg de suíno está girando realmente perto desses 14, em dados fornecidos pela Secretaria da Agricultura, eles nos dão conta de que, hoje, 1 kg de suíno custa 11,10 cruzados para ser produzido, e o produtor recebe apenas e tão somente, 9,50, quando consegue vender esse animal, pelo quilo de suíno produzido.

Então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, há necessidade de que as medidas que citamos sejam tomadas, de pronto, pelo Governo Federal, para que nós possamos de uma vez por todas, também resolver esse problema hoje, da suinocultura.

O que notamos hoje é que, a suinocultura e a bovinocultura de leite foram pegadas e tabeladas, quando seus preços estavam em baixa, e todos os insumos a elas destinados, em alta. E o que precisamos hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que isso seja revisto, sejam ajustados esses preços para que esses dois importantes segmentos da pecuária brasileira e paranaense que normalmente se volta e é explorada pelas pequenas propriedades, pelas famílias rurais, não seja agora, nesse momento de glória, no momento de euforia que estamos vivendo em função desse "pacote econômico", prejudicadas. Essas famílias e essas propriedades - é até engraçado, que na suinocultura hoje estamos sofrendo por um excesso que temos de animais estocados nas propriedades, estocagem essa que, diga-se de passagem, Senhor Presidente, mais prejuízo acarreta ao produtor, porque ele tem que continuar alimentando esse animal que come mais e cresce menos, além do que perde à medida em que acumula gordura e tem o seu preço reduzido.

Portanto, Senhor Presidente, se na suinocultura estamos perdendo porque temos um excesso de estoque no meio rural e na bovinocultura de leite estamos sofrendo e perdendo porque não temos a produção no meio rural, carecemos realmente de que alguma coisa seja feita e rogamos sucesso, apelo ao Secretário da Agricultura, ao pessoal do Sindicato da Indústria da Carne, do Setor Leiteiro, que hoje se encontra em Brasília, para diversas audiências inclusive com o Ministério da Fazenda, onde se pretende chegar a uma definição, a uma conclusão e a uma definição e a uma solução definitiva para se encontrar os pontos de equilíbrio e se promover os ajustes que são necessários para o bom viver da bovinocultura de leite e da suinocultura de nosso Estado.

Curitiba, Quinta, em 24.04.86

Obrigado Senhor Presidente, pela deferência que nos concedeu. (Sem revisão do orador.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças. Consulto à Representação do PMDB.

Concedo a palavra ao Deputado Odeni Mongruel, por dez minutos.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No dia 22 próximo passado, na cidade de Piraí do Sul, pertencente à Região dos Campos Gerais, aconteceu um encontro político da maior importância não apenas aos interesses daquela região, mas por certo, ao Estado do Paraná por inteiro.

Ali se fizeram representar mais de uma dezena de municípios: aproximadamente 250 lideranças políticas entre Prefeitos Municipais, Vereadores, Deputados, integrantes de Diretórios Municipais de Partidos, militantes partidários, lideranças empresariais e sindicais, servidores públicos, jovens e mulheres, no sentido de, num esforço conjunto dessas lideranças escolher o nome do Senador Álvaro Dias, para o seu candidato ao Governo, Governo do Estado do Paraná, na sucessão do Governador José Richa.

Não só o encontro em si reveste-se da maior importância, mas é bom salientar que os próprios critérios do processo eleitoral que será deflagrado em 15 de novembro, possibilitou que os interesses daquela região por inteiro, estivessem acima dos partidos políticos, isto é, que os limites e que as fronteiras muitas vezes estreitas dos partidos políticos impedissem que uma candidatura de consenso fosse definida em favor de tais propósitos. Nessa reunião a que me refiro estavam lá Prefeitos, Vereadores e Deputados do PMDB, do PDS, da Frente Liberal e do PTB.

Entendemos que com isto aquela parcela expressiva da população paranaense iniciou um processo que deverá contribuir para corrigir os desequilíbrios regionais que a inferiorizam diante de outras regiões mais desenvolvidas do Estado do Paraná.

Temos consciência de que apenas o trabalho e a vontade de nosso povo, o desejo de nossas lideranças se desenvolverem, não é suficiente. É preciso contar com a efetiva participação nos planos governamentais.

Historicamente, esta Região à qual pertencemos, os Campos Gerais, perdeu a sua importância absoluta e relativa no conceito do Estado do Paraná. Nos últimos anos pouca atenção foi dispensada àquela Região. Hoje, graças ao trabalho de sua gente e o empreendimento corajoso de suas li-

deranças empresariais, os Campos Gerais estão vicejando. Nós entendemos de que será preciso também, agora mais do que nunca, a efetiva contrapartida dos planos governamentais superiores, Estado e União, para que consigamos aumentar a velocidade de crescimento e, no mínimo, atingirmos a média de crescimento do Estado do Paraná.

Escolhemos o Senador Álvaro Dias como candidato desta Região, porque esperamos seja a participação governamental reclamada pelos Campos Gerais, atendida em seu Governo; levando em conta as profundas transformações que ocorreram ao longo dos últimos anos no Estado do Paraná e que afetam, direta e intensamente, a nossa comunidade regional.

Esta parcela da população paranaense tem o direito de aspirar condições cada vez melhores de vida. E para isto, sente a necessidade, evidente, de uma participação relativa no conjunto do Estado do Paraná.

O "Pacto dos Campos Gerais", que foi assim denominado, tem pois esta pretensão. Refiro-me ao "Pacto dos Campos Gerais" não no sentido limitado, das divisões administrativas e de planejamento que o Governo estabelece. Não apenas nos limites da Associação dos Municípios que tem esta denominação. Os Campos Gerais que entendemos, é constituído de mais de 31 municípios e que ficam sob o pólo de influência da cidade de Ponta Grossa. Esta denominação portanto, é bom que se esclareça, é muito mais em razão da localidade onde foi firmado o documento, onde teve início a tomada de posição neste sentido, do que propriamente nos municípios que estão ora congregados em torno de tais propostas.

Há pois, entre nós, os signatários desta carta de intenção, um consenso pelo nome do Senador Álvaro Dias, quanto à candidatura dele ao Governo do Paraná nas eleições de novembro vindouro. Acreditamos de que o Senador abrigue, no momento, o sentimento de unidade pelo nosso Estado, independentemente de agremiação partidária, de Região de origem, ou de domínio eleitoral.

Vamos além. Acreditamos que no seu plano de Governo não apenas consagre as boas medidas implantadas pelo atual governo como agasalha outras que contemplem preferencialmente as atividades produtivas do setor agropecuário, incentivando também a ampliação do setor industrial do Paraná. Porém, com respostas imediatas de atendimento às necessidades sociais do nosso Estado que a moderniza.

Nós do Pacto dos Campos Gerais não desejamos, portanto, um Paraná dividido em regionalismos simplistas e excludente. Nós queremos um divisionismo territorial que consagrando privilégios, prejudique a vi-

são global do Estado.

Pretendemos, pois, um Paraná na inteireza da sua unidade federativa. E para isto, é preciso que os critérios que orientam a aplicação dos recursos públicos no Estado, sejam revistos quanto às prioridades e a locação destes meios. Este objetivo por certo será conseguido através de esforço que contemple as diversas regiões de uma forma a compensar desequilíbrios econômicos, sociais e de participação política na administração Estadual. A idéia pois que nos alimenta, é de um só Paraná.

A visão atual que tem de nosso Estado subdividido em muitos Paranas conforme os movimentos de colonização do território, é sabido, tem dificultado a nossa expansão política diante do quadro nacional.

Aí está, pois, um dos grandes objetivos que acreditamos seja conseguido pelo futuro Governo.

Convém esclarecer que o encontro de Piraí do Sul não teve o propósito de fazer exigências ao futuro Governador, mas sim demonstrar que aquela região prefere o Senador Álvaro Dias por ser ele na nossa maneira de ver, o que melhor atende aos interesses regionais e do Paraná em questão.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra à Representação do PTB.

Ausente, concedo a palavra à Representação do PCB.

Com a palavra o Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Volto à tribuna para abordar a questão agrária do Paraná.

Sem querer fazer nenhum pronunciamento de forma mais aprofundada e abrangente, mas, em face dos acontecimentos que vêm ocorrendo no Norte do Estado que já há cerca de dois meses atrás nós tentávamos prevenir as autoridades competentes no sentido de se tomar medidas necessárias, algumas delas realmente providenciadas, mas que, no entanto, no que diz respeito as providências afetas ao INCRA regional do Paraná, lamentavelmente, com ainda uma indefinição a respeito.

A "Folha de Londrina", de hoje, e de domingo registra a situação existente no assentamento do Distrito de Tamarana, Município de Londrina, para onde 110 famílias foram remanejadas após o litígio com a comunidade indígena de São Jerônimo da Serra, no final do ano passado.

Lamentavelmente, 26 destas famílias continuam sem a demarcação dos seus lotes, por um equívoco no processo de desapropriação da área, e se deixou de lado a

área necessária para que todas as famílias viessem a ser contempladas com o seu lote, como é compromisso, tanto do Governo Estadual como do Governo Federal, para resolver aquela situação de trinta e poucos anos que existia no Município de São Jerônimo da Serra.

Os acampados de Tamarana, exigem hoje providências para o seu reassentamento. Essas vinte e seis famílias continuam em condições péssimas de alojamento, continuam sem produzir, enquanto o restante já está produzindo e através de um documento que anexamos ao requerimento, que submetemos à apreciação e aprovação, temos certeza dos Senhores Deputados desta Casa, dirigido à Diretoria Regional do INCRA e à Secretaria de Estado da Agricultura, hipotecando da parte da Assembléia a urgência às providências necessárias.

Anexo, nós acrescentamos o documento firmado por todos os acampados que, em reunião, no final da semana passada, no próprio acampamento, com a presença do representante do ITC, na região Norte do Estado e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Londrina, elaboram documento expondo toda situação vivida pelas famílias envolvidas e qualificando quais são as providências necessárias no momento, que basicamente se restringem na questão da área a desapropriação imediata de uma área complementar na mesma região de acordo com compromisso anterior.

A área a ser desapropriada em torno de seiscentos hectares, seria suficiente não só para alojamento das 26 famílias, como também para corrigir a insuficiência de alguns lotes de outras famílias, a ponto inclusive, como área possível de desapropriação, o restante da Fazenda de propriedade do Senhor Moacir Viana, que já foi desapropriada ou a Fazenda Pariparô, vizinha à área onde está o assentamento hoje e traço um prazo de trinta deste mês, como necessário para as providências solicitadas como data limite inclusive para que venham, talvez aqui, até Curitiba, num deslocamento oneroso e com dificuldades por parte de todos, mas diante da situação já existente a cerca de sete meses e ainda sem solução.

Além dessa questão existente no Município de Londrina, existe no Norte do Paraná, quanto a este problema de assentamento a realidade de Piracema, Município de Paranavaí, aonde estivemos nestes dias e novamente procurando através da Assembléia Legislativa e também com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paranavaí, procurando a solução do cadastramento já feito, mas do assentamento necessário.

Alertamentos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de que o Plano Regional

de Reforma Agrária do Paraná, prevê que para o primeiro semestre deste ano e nós já estamos em abril, o assentamento de seis mil e duzentas famílias, até dezembro seriam 8.300 famílias assentadas, segundo o próprio Plano Regional de Reforma Agrária, cuja aprovação passou por todas as entidades de trabalhadores e de empregadores rurais e dos vários órgãos do Governo do Estado e do Governo Federal existentes no Paraná e que carece unicamente da aprovação do Senhor Presidente da República, mas esse plano, com essa previsão de assentamentos está dentro das possibilidades que o Estado teria junto com os recursos que o DNRA já aloca para o Paraná, de ser perfeitamente viável.

No entanto, nós já estamos a metade já superada do primeiro semestre e concretamente quanto ao Plano Nacional de Reforma Agrária Regional do Paraná, a única providência que ocorreu nesses meses foi o cancelamento do Decreto de Desapropriação da Fazenda Vitória do Município de Cascavel.

Essa informação que nós tivemos, o que vem revoltando as famílias assentadas, e que aguardam que estas providências que dizem respeito a outras regiões do Estado, Sudoeste e Oeste, basicamente que aglomeram a grande maioria das famílias nessa situação, mas que, no Norte do Paraná, no Município de Londrina e Paranavaí, um pequeno número de famílias, por hora, e que, na nossa previsão, se não vierem a ter a urgência necessária podem, seguramente, espraçar para mais municípios e com dezenas e centenas de outras famílias.

A nossa solicitação, portanto, neste horário do PCB, é solicitar a devida apreciação e aprovação dos Senhores Deputados, desse nosso requerimento dirigido ao INCRA e à Secretaria de Estado e da Agricultura, encarecendo a urgência já solicitada pelos sindicatos rurais, de trabalhadores rurais respectivos, e que, diante de cujo acontecimento esta Assembléia não poderia se furtar.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra à representação do PFL.
(Declina).

Concedo a palavra à Representação do PDS. (Ausente). Concedo à Representação do PDT.

Falará o Senhor Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Preocupado com a sua imagem nacional, sem se preocupar seguramente com a eficiência do seu Governo, o Senhor José Richa mobilizou segmentos da imprensa brasi-

leira e os traz a Curitiba, a fim de que eminentes jornalistas do eixo Rio-São Paulo-Brasília, acompanhem o jantar a ser oferecido ao Governador que está se despedindo sem deixar saudades, jantar esse promovido pelas classes empresariais do Paraná, que, tradicionalmente, em todos os Governos, tem apresentado e feito a mesma manifestação

No dia 1 de junho de 1983, recebi das mãos do então Deputado Roberto Requião, um livro sob o título "DEMOCRACIA E JUSTIÇA SOCIAL - DIETRIZES DE GOVERNO" campanha do Senhor José Richa ao Governo paranaense.

Depois de tanto insistirmos desta tribuna a fim de que pudessemos conhecer o Plano de Ação do Governo do Paraná, em julho de 1983, o Gabinete do Governador encaminhou a esta Assembléia o Plano de Ação 1983/1986 na sua versão preliminar.

Não conheço a versão definitiva escrita do PLANO DE GOVERNO do Senhor José Richa. Conheço, e o Paraná conhece também, no entanto, a versão definitiva escrita pela história do Governo José Richa, que está se esvaindo rapidamente, e chegando ao seu final, de uma forma bastante melancólica.

Não conhece o Paraná, infelizmente, o parâmetro da eficiência do Governo do PMDB; não conhece o Paraná, infelizmente, o parâmetro da moralidade do Governo do PMDB; não conhece o Paraná, infelizmente, o parâmetro dos bons dotes políticos do Governo do PMDB!

Tudo porque os paranaenses que a onda mudancista plantou em 82 nos palanques que ouviam e transmitiam de tudo para todos os que quisessem ouvir, aqueles palanques de 82 que testemunharam tudo que se colocou para fora na campanha para o PMDB ganhar o Governo do Estado, valeu tudo! Não encontrei no presente que me entregou, pessoalmente e com dedicatória o Deputado Roberto Requião, há quase três anos, não encontrei aqui, neste documento, que o PMDB permitiria que se enxovalhasse o nome do Paraná, e falava, eu hoje ainda com alguns jornalistas que me alertavam para o engodo a que foi levado o comentarista econômico Joelmir Betting, que veio a Curitiba para conhecer o trabalho do Governo Richa, nas finanças, com Erasmo Garanhão, que desenhava para o País inteiro o perfil do financista, do administrador, do homem probó, que pouco tempo depois, pela pressão desta Casa, pela pressão de alguns integros do próprio Governo, e pela pressão da sociedade paranaense, teve que ser despojado de suas funções no Governo, por corrupção, por ter tirado do bolso do povo o dinheiro dos paranaenses, para pagar comissões a empresas que intermediaram financiamentos entre o Governo do Paraná e

instituições internacionais. Não encontrei neste documento e nem neste que foi entregue depois, pelo Gabinete do Governador, que este Estado deveria ser o Estado da agiotagem oficial.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO - ...não encontrei no plano de Governo e nem nas intenções deste plano que o Banco do Estado do Paraná deveria aplicar o dinheiro tomado lá no exterior num Banco em estado pré-falimentar como o Brasilinvest, perdendo este Estado cinco milhões de dólares! Dinheiro...

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O Sr. Dirceu Manfrinato - Estou escrito para aparte, Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO - ...dos créditos em liquidação do BANESTADO, conforme se constata no último balancete do Banco do Estado do Paraná.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO - Quando concluir o meu raciocínio.

Não encontramos também, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nestes documentos que nos foram entregues que o Governador José Richa plantaria em seu Governo...

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO - ...tão violentamente a verdade, porque para sensibilizar o magistério do Paraná forma listadas quase 50 promessas para o professorado deste Estado, a começar...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO - ...a começar pelo piso salarial equivalente a três salários-mínimos. A continuar pelos regimes diferenciados de trabalho, a continuar pelo pagamento do professor pela sua maior habilitação, a continuar pela realização de concursos de ingressos anualmente para o 1. e 2. graus.

Não encontrou o Paraná nos documentos elaborados pelo PMDB e pelo Senhor José Richa, em nenhum momento, a afirmação de que este Estado seria colocado a serviço de pessoais. E hoje, Senhor Presidente,

Senhores Deputados, no auditório da Secretaria da Cultura e do Esporte, se reúnem com a determinação do Secretário, chefes de serviço daquela pasta, funcionários daquela pasta...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa que está esgotado o seu tempo e vai conceder-lhe mais dois minutos para a conclusão do seu discurso.

O SR. AIRTON CORDEIRO - ...não para tratar, nem da política da cultura e nem da política do esporte, mas para tratar simplesmente da estruturação da campanha do PMDB ao Governo do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, teremos a satisfação de esmiuçar o plano de intenções e o plano de Governo do Senhor José Richa, antes que ele saia do Palácio Iguaçu, para podermos colocar nos Anais desta Casa, com todas as letras, a ineficiência comprovada do Governo do PMDB, na tentativa de que os paranaenses não caiam outra vez no engodo, e não votem iludidos, no próximo dia 15 de novembro.

Queremos a restauração da moralidade pública, e vamos conseguí-la pelo voto, mostrando aos paranaenses de todos os municípios, que o PMDB prometeu, o que Richa escreveu e assinou, tudo isso não passa, lamentavelmente, da maior, de tantas quantas mentiras foram espalhadas pelo Estado do Paraná.

Senhor Presidente, me dispense de conceder o aparte aos Deputados do PMDB. Comigo concordou para o Paraná inteiro ver, o nobre Deputado Fiori Luiz, através de um debate na televisão.

Muito obrigado! (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra a presença do Doutor Justo Almada, Cônsul do Paraguai em Paranaguá, que após as sessões de hoje, fará uma palestra aos Senhores Deputados, no Plenário.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 34 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, proposta de emenda constitucional, de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, devidamente apoiada, constante do expediente. Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos Senhores Deputados.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente,

solicitando o envio de expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, para que o mesmo determine ao Departamento competente a construção de um abrigo para passageiros de Ônibus na Rua João Stenzowski, esquina da Rua Athaide Cardon, na Vila Cubas, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Trajano Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, Dirceu Manfrinato e Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 367/84, de autoria do Deputado Antônio Martins Annibelli, que revoga os artigos 2.º e 3.º da Lei n. 7.492, de 15/07/81. (A citada Lei trata da doação de imóveis ao Município de União da Vitória). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 309/85, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina "JOSÉ PEREIRA DA SILVA" a rodovia estadual que liga sede do Município de Ribeirão Claro a Porto Emigração. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 318/85, de autoria do Deputado Orlando Pessutti, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA", com sede e foro no Município de Jardim Alegre. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.

338/85, de autoria do Deputado Adhail Sprenger Passos, que declara de Utilidade Pública a entidade "DESAFIO JOVEM DE PARANAGUÁ - DEJOP", com sede e foro no Município de Paranaguá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 22/86, de autoria do Deputado Edilson Alencar, que declara de Utilidade Pública a "COOPERATIVA DOS TRABALHADORES RURAIS VOLANTES DE ASSIS CHATEUBRIAND - COOTRABRIAND", com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 23/86, de autoria do Deputado Sérgio Spada, que dispõe sobre a elevação do número de Vereadores da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 29/86, de autoria do Deputado Márcio Almeida, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGENTES DE SAÚDE EM ALCOOLISMO", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 46/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DO DIABÉTICO JUVENIL - APAD", com sede e foro no Comarca de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 51/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 47/86), que cria a Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, com as atribuições e finalidades que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 02/86, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas, por unanimidade à Proposição n. 08/86, que aprova a prestação de contas da Dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, referentes ao exercício de 1985. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 31/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 25/86), que objetiva alterar a redação dos arts. 5., 9. e 14., da Lei n. 8.216, de 31/12/85 (Lei em imposto de Propriedade de Veículos Automotores - IPVA). Com PARECERES FAVORÁVEIS das Comis-

sões de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Acyr Mezzadri, constante do expediente, solicitando dispensa da Redação Final de todos os projetos aprovados em 3.^a discussão e que não sofreram emendas nas suas tramitações. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Juliana Molina, ocorrido no dia 21 de abril do corrente ano, no Município de Ubiratã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Chackel Ruthemberg, ocorrido no dia 31 de março do corrente ano, na cidade do Rio de Janeiro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Ivette Robine Glasser, ocorrido no dia 04 de abril do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Torres Pereira, ocorrido dia 23 de abril do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem João Baptista Paiva Gatti, ocorrido no dia 20 de abril do corrente ano, no Município de Cornélio Procopio. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Mário Migliozi, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do Dia do Escoteiro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n. 138/85, de autoria dos Senhores Deputados Nilso Sguarezi, Anibal Khury e Nelson Buffara, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade.

de da CCJ. e da CF., que institui o prêmio anual denominada "Assembléia Legislativa do Estado", destinado ao Concurso Paranaense de Bandas e Fanfarras. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 65/86, oriundo de Mensagem do Poder Executivo n. 49/86, que dispõe sobre os vencimentos do funcionalismo em geral, conforme especifica. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando votos de aplausos ao Engenheiro Júlio Castilho Venâncio, pela assunção na chefia do 5. Distrito de Produção da RFF S/A. no Município de União da Vitória. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando votos de aplausos ao Senhor Romoaldo Lazier, pela sua assunção na chefia da Agência da Previdência Social, no Município de União da Vitória. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Ministro da Indústria e do Comércio, encarecendo permissão para armazenamento da safra de arroz dos Municípios de Querência do Norte, Santa Isabel do Ivaí e Santa Cruz do Monte Castelo, no próprio IBC, no Município de Loanda. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do discurso do Senhor Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário, do município de Querência do Norte. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, para que o mesmo determine à TELEPAR, providências quanto às condições de comunicações telefônicas no Município de Santo Inácio. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro das Comunicações, encarecendo providências quanto a transformação do posto do Correio em agência, no município de Nossa Senhora das Graças. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente,

solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a implantação de novas linhas telefônicas para o Município de Sarandi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário do Interior e Presidente da COPEL, encarecendo melhoria na rede de energia elétrica, através da implantação de uma subestação no Município de Catanduvas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a sinalização nos entroncamentos das Rodovias do Oeste do Estado com placas indicativas do destino e quilometragem para chegar ao Município de Marechal Cândido Rondon. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo novo traçado asfáltico - Marechal Cândido Rondon - Toledo via Esquina Ipiranga e Dois Irmãos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a construção de asfalto interligando o trecho de Catanduvas a Castelo Branco (Cascavel), extensão 15 Km.. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretários da Justiça e Segurança Pública, encarecendo a implantação de uma Delegacia de Menores com atendimento abrangente a toda a região, no Município de Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitado o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a inclusão na Programação Orçamentária Geral do Estado, para o exercício de 1987, das obras de pavimentação asfáltica da estrada que liga o Município de Santa Cruz do Monte Castelo e Herculanãdia, interligando os Distritos de Ivaína e Santa Esmeralda, no Município de Santa Cruz do Monte Castelo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, en-

carecendo a continuidade dos trabalhos de pavimentação asfáltica da estrada que liga a localidade denominada "Ramal 7", até o Distrito de São José do Ivaí, Município de Santa Isabel do Ivaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a elaboração de projeto e posterior inclusão no Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 1987, da obra de pavimentação asfáltica da estrada que liga os Municípios de Porto Rico e Santa Cruz do Monte Castelo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Senhores Membros da Comissão Provisória Municipal do PCB do Município de Paranavaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Ministros da Fazenda e da Agricultura, encarecendo providências na adequação do preço do leite ao seu real custo de produção. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Ministros da Agricultura e Presidente do IBDF, encarecendo o aumento da área de reflorestamento através de incentivos fiscais, no Estado do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando votos de congratulações aos Policiais Cíveis e Militares, pela passagem de seu dia, ocorrido no dia 21 de abril do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo o aumento da cota de combustível para a delegacia do Município de Peabirú. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a realização de reformas gerais na Escola Estadual São Judas Tadeu - Ensino de 1. Grau, do Município de Quinta do Sol. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expe-

diente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a doação de uma ambulância devidamente equipada para o Município de Roncador. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, visando a liberação de material esportivo para o Município de Ivaiporã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a implantação do 2. grau na Escola Estadual Attilio Codato, no Município de Cambé. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, questionando sobre o descumprimento do Decreto n. 6210, que em seu Art. 1. determina que os órgãos e repartições de Administração Pública e Autarquias do Estado, as Sociedades de economia mista e as empresas a ele vinculadas, administrativa ou financeiramente, deverão se abastecer de combustíveis e demais derivados de petróleo adquiridos com exclusividade, da Petróleo Brasileiro S/A., PETROBRAS, ou de seus agentes distribuidores autorizados. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, registrando reconhecimento pelo competente trabalho desenvolvido pela CAE - Coordenação de Assistência ao Educando. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Líder do PCB na Câmara dos Deputados, encarecendo empenho na aprovação do Projeto de Lei n. 2968/80. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade ao Senhor Presidente do Sindicato dos Bancários do Município de Londrina e região, pela luta desenvolvida contra demissões de bancários. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Presidente do Sindicato dos Professores do Município de Londrina, pela realização das eleições ocorridas no dia 3

de abril do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Agricultura, encarecendo recursos ao reflorestamento no Estado do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Diretor Regional do INCRA e Secretário da Agricultura, encarecendo urgência nas providências reivindicadas pelas famílias acampadas na Gleba Apucaraniha. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 123.º aniversário do Município de Piraí do Sul, bem como do 40.º aniversário de sua elevação à Comarca. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a liberação de carteiras escolares e material esportivo para a Prefeitura do município de Ivaiporã, por intermédio da FUNDEPAR. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao CLAM - Conselho Londrinense de Assistência à Mulher. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, encarecendo o fornecimento de tubos para a erradiação de erosão no município de Ivaiporã, por intermédio da SUCEPAR. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de determinar ao Setor competente, e posterior encaminhamento a esta Casa, de Mensagem reajustando as pensões pagas pelo IPÊ, às viúvas de servidores falecidos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário das Finanças e Presidente do BANESTADO S/A., com moção de apoio à Diretoria daquela Instituição Financeira, pelo incentivo que vem sendo dado ao esporte amador, em especial ao voleibol, através do Esporte Clube Cristali-

no. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Doutor Teobaldo Vitório Machado, pelo trabalho realizado à frente da COHAPAR, beneficiando milhares de paranaenses carentes, com habilitação popular e pela sua posse na Diretoria de Urbanismo do Banco Nacional da Habitação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando dispensa de discussão e votação da Redação Final do Projeto de Lei n. 51/86. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instauração de inquérito para apurar responsabilidade dos soldados da PM, envolvidos no espancamento de trabalhadores, durante manifestação pacífica de protesto pelas demissões de funcionários do Banco Meridional, no Município de Londrina. Rejeitado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere, e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

2 Senhores Deputados aprovam; 8 Senhores Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para votação, nem para prosseguimento da sessão.

Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 28, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n. 74, 202, 262, 263, 266, 279, 301, 303, 319, 331/85 e 16 e 34/86.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 31/86.

1.ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei n. 100/85.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NILSO SGUAREZI, EM

SESSÃO DO DIA 24 DE ABRIL DE 1986.

TAXIOU, MAS NÃO DECOLOU

Combatida, já, no interior do próprio núcleo que a lançou, a candidatura do deputado federal José de Alencar Furtado, tudo indica, taxiou, foi para a cabeceira da pista, mas não iniciou a decolagem. E, possivelmente, entre os partidos que formam, ou irão formar, a chamada "frentona" para as eleições de 15 de novembro, terá que haver uma disputa entre os Senhores Cândido Martins de Oliveira e Alencar Furtado, para a indicação pela disputa maior das próximas eleições, a Sucessão do governador José Richa. E no instante em que isso aconteça estarão tais partidos irremediavelmente divididos e a "frentona" terá sido um sonho de políticos que foram apeados do poder em 1982, e que por ambição desmentida ou vaidade excessiva, passaram a ter maiores divergências que todas aquelas que, dizem, envolve o PMDB. Muitos analistas encararam a presença do deputado Alencar Furtado no processo sucessório, em campo oposto ao partido que o abrigou durante muito tempo, ao qual, a bem da verdade, emprestou uma incomum disposição de luta, o que lhe valeu a própria cassação, como um acontecimento salutar a campanha política deste ano. Salutar pelos inconvenientes que uma quase que candidatura única pode provocar. E se esse já era o caso do senador Álvaro Dias, a paralisação do deslançamento da candidatura Alencar Furtado veio a renovar o entendimento. De quem, afinal, é a culpa pelo que está acontecendo na política paranaense? Não é conveniente alinhar aqui, como resposta, a ambição desmedida ou a vaidade excessiva, a pouco citadas. É preferível considerar que falta aos antagonistas de Álvaro Dias e do próprio PMDB, maior elan político ou melhor senso crítico. O jogo oposicionista que se faz desce ao rés do chão, nivela por baixo oposicionista, e não oferece, ao julgamento do povo e do eleitorado, nada de novo em termos políticos e muito menos em propostas que venham de encontro aos reais interesses que, hoje, afetam e são defendidos pela massa em geral.

O próprio estilo gobbeliano desenvolvido pela maioria oposicionista - aquela que já não pertence mais ao PDS e que procurou outro lugar ao sol deixa muito desejar. Não se pode estar a repisar ocorrências políticas ou policiais, com o evidente interesse de que ela se torne verdade aos olhos de todos, sob pena de o exagero ser classificado como fruto do despeito, do despreparo político e, mais que isso, da incapacidade e da incompetência para desenvolver uma oposição consentânea com o

que o mundo moderno de hoje, o avanço do entendimento político do próprio povo, exigem. O que é mais grave nisso tudo é que até construções mentirosas sejam jogadas para a leitura ou para os ouvidos da população, dependendo do veículo.

Já há algum tempo, neste mesmo espaço, comentamos sobre as razões que determinavam o bom conceito que desfrutava o senador Álvaro Dias, classificando a sua postura como um dos fatores para o melhor entendimento com as correntes que envolvem o PMDB. Enquanto esse fator persiste o que se vê nas trincheiras oposicionistas é a intolerância e até o desvario para a sustentação de situações inexistentes. É justamente de onde deveria partir o lançamento de candidatura ou candidaturas, que viessem, ao menos, possibilitar melhor análise do processo sucessório aos não comprometidos, partidariamente ou por amizade, o que se vê é o desentendimento e até mesmo a frustração entre os que, de qualquer maneira, não acompanharão a candidatura peemedebista. Tudo indica, assim, que a sucessão paranaense já para o mês de julho deverá estar totalmente definida, não provocando nenhuma suspense, ou surpresa.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NILSO SGUAREZI, EM SESSÃO DO DIA 24 DE ABRIL DE 1986.

A data de hoje, oficialmente marca uma promissora e significativa evolução a agricultura de QUERÊNCIA DO NORTE.

Este projeto de aproveitamento de várzeas significa a redenção de parte da lavoura arrozeira do Município. Com ele, funcionando de maneira ainda precária, conseguiu a ADECOM, salvar 2.000 hectares de arroz. Estas bombas que verão jorrar logo mais, garantiram 100.000 sacas de arroz.

Hoje, os armazéns do Município estão lotados e, praticamente, completamos a capacidade da COPASA de Santa Cruz de Monte Castelo, além do que, seria desnecessário salientarmos que as ruas de Querência do Norte estão abarrotadas de arroz.

O sucesso está latente, o Município colhe a sua maior safra. Como? Perguntarão vocês, se dias intermináveis de seca assolaram o sul do Brasil?

Vivemos num Município onde as forças foram somadas, onde a comunidade, certa de sua força, incentivou as diretorias da ADECOM; onde a Prefeitura não mediu esforços no sentido de apoiar ou executar nossos projetos; onde o Banco do Brasil, através do FUNDEC, forneceu-nos dinheiro além de ter participado de maneira marcante e decisiva na pessoa do seu gerente,

Luiz Antônio de Castilho, de seu subgerente Mauro Antônio de Carvalho, e de seu supervisor, Antônio Bana e de todos os demais funcionários.

Neste evento, não poderíamos nos esquecer do empenho e da participação da ACARPA. Foi ela a responsável pela elaboração e acompanhamento do projeto, aqui tão bem representada pelo seu agrônomo, Francisco Griebeler.

Representando a Diretoria da ADECOM, cumpre-me ressaltar o trabalho de levantamento realizado pelo ITC, que quase gratuitamente nos forneceu os dados necessários para a execução desta obra.

Ao finalizar nossos agradecimentos, ressaltamos a participação e empenho do Senhor Rubens Acorsi, proprietário deste local que não só nos autorizou a instalar este projeto em suas terras, como também vem se mostrando um entusiasmo da irrigação.

Embora constitua-se a data de hoje um dia de júbilo, ao mesmo tempo estamos preocupados e insatisfeitos. Nuvens negras rondam as várzeas de Querência do Norte. Este Rio Paraná, tão amigo dos municípios que o margeiam, mostra-se impotente à sagacidade humana. Querem impedir que siga seu curso normal, e projetaram a represa de Ilha Grande. Este fantasma nos amedronta, este fantasma quer apossar-se das terras de Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Izabel do Ivaí, Icaraíma, Umuarama, Altônia e São Jorge do Patrocínio.

Dados oficiais mostram-nos que 22.500 hectares de terras querencianas desaparecerão. Dados nos mostram que a lavoura arrozeira do município, hoje o maior produtor de arroz irrigado do Paraná, será extinta. Dentro desta área fadada ao desaparecimento com Ilha Grande estão sendo cultivados 7.551 hectares que representam um valor de Cz\$ 78.180.000 (setenta e oito milhões e cento e oitenta mil cruzados), e que pese ainda o emprego de centenas e centenas de pessoas diretamente dependentes deles. A Matemática nos fornece, fria e calma, a perda de Cz\$ 13.682.000,00 (treze milhões e seiscentos e oitenta e dois mil cruzados) de ICM para o Estado, e Cz\$ 2.736.000 (dois milhões e setecentos e trinta e seis mil cruzados) para a Prefeitura, anualmente. Dos 22.500 hectares a desaparecerem poderíamos aproveitar 95% da área que geraria Cz\$ 38.731.000,00 (trinta e oito milhões e setecentos e trinta e um mil cruzados de ICM para o Estado. Atrás disso viriam pessoas às voltas com desapropriações, homens sem empregos, crianças passando fome.

Vejam os Senhores que a situação é preocupante, e é por isto que estamos insatisfeitos. A ADECOM, representante sig-

nificativa de uma parcela da nossa comunidade, principalmente dos mais pobres e dos mais afetados, não pode ficar calada. Diziam o atual Ministro Deni Schwartz que o Paraná tem dono. Os paranaenses não podem ficar calados, não aceitamos o desaparecimento do município onde temos raízes, onde o que conseguimos nos custa caro, onde as terras que produzem podem sofrer.

Em nome da ADECOM e por certo, da Prefeitura de Querência do Norte e demais municípios afetados, conclamo a uma cruzada para proteger o que é nosso e sugerimos que a Represa de Ilha Grande seja reestudada a tal ponto que sua cota possa conter o açoreamento de Itaipu, mas que não prejudique e que não destrua áreas extremamente produtivas. Que seja um grito lançado aqui neste Noroeste do Paraná, mas, que possa surtir efeitos e sensibilizar o Governo Federal, tão preocupado em restaurar os direitos humanos e a livre propriedade.

Senhores, após a luta travada e a batalha ganha, por certo continuaremos a ver nossas várzeas cheias de arroz a bailar docemente seus cachos maduros ao sabor do vento e muitas e muitas outras moto bombas instaladas às margens deste Paranaíba, mostrando que os homens, quando unidos, são capazes de vencer as intempéries da natureza, bem como as idéias daqueles que, intempestivamente, projetem obras faraônicas.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 6.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 1986

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Acir Mezzadri e Nelson Vasconcellos.

Às dezesseis horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisostomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnios, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Ca-

pos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada se observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo expediente a ser lido, Passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 181/85, que declara de Utilidade Pública a BANESTADO CLUBE S/C., com sede nesta Capital. Aprovado (Public. no DA. 87/85, de 04/09/85).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 197/85, que declara de Utilidade Pública o "CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS- VAQUEANOS DA

QUERÊNCIA", com sede e foro no Município de Clevelândia. Aprovado. (Public. no DA. n. 92/85, de 11/09/85).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 221/85, que objetiva criar na Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1 (um) cargo de Provimento em comissão de Diretor de Museu, símbolo 1-C, que será destinado ao Parque Histórico do Mate, unidade de nível subdepartamental, da Coordenadoria do Patrimônio Cultural. Aprovado. (Public. no DA. 96/85, de 23/09/85, Mensagem).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de lei n. 298/85, que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao município de Ponta Grossa, dois terrenos urbanos com as edificações neles existentes, adquiridos pelo Estado do Paraná, situados e registrados na Comarca de Ponta Grossa, conforme específica. Aprovado (Public. no DA. 126/85, de 18/11/85, Mensagem).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 01/86, que aprova Convênio n. 114/85, celebrado em 06/11/85 entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento, e a SUDESUL, com vista à elaboração de metodologia e execução da avaliação de eficácia do Projeto das Cidades de Pequeno Porte do Estado do Paraná. Aprovado. (Public. no DA. 06/86, de 04/03/86, Mensagem).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.